

Positivo Tecnologia S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente



KPMG Auditores Independentes
The Five East Batel
Rua Nunes Machado, nº 68 - Batel
Caixa Postal 13533 - CEP: 80250-000 - Curitiba/PR - Brasil
Telefone +55 (41) 3304-2500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas e administradores da Positivo Tecnologia S.A.

Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Positivo Tecnologia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Positivo Tecnologia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento e mensuração de créditos fiscais (PIS e Cofins)

Veja a Nota 8(e) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principais assuntos de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>Em outubro de 2020 a Companhia obteve decisão favorável, transitada em julgado, relativa ao processo judicial que discutia a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias - ICMS da base de cálculo do Programa de Integração Social – Pis e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins. A referida decisão garantiu à Companhia o direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo de PIS e Cofins no período entre 2005 e 2019. Consequentemente, a Companhia reconheceu em 2020 na rubrica de impostos a recuperar o montante de R\$ 223.486 mil em contrapartida no resultado o montante de R\$ 197.747 mil na rubrica de outras receitas operacionais e o montante de R\$ 25.739 mil na rubrica de receitas financeiras, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referente aos débitos de Pis e Cofins.</p> <p>Devido à relevância dos valores envolvidos, ao julgamento relacionado à determinação das premissas que foram base para a mensuração do referido crédito tributário e ao impacto que eventuais alterações nas premissas adotadas poderiam gerar nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliação, com o auxílio de nossos especialistas em tributos, sobre a adequação do embasamento fiscal utilizado para o cálculo da estimativa e atualização monetária dos créditos fiscais a serem reconhecidos, considerando o teor da decisão transitada em julgado;• Avaliação, com auxílio de nossos de nossos especialistas em tributos, por meio de teste documental com base em uma amostra, sobre os critérios utilizados pela Companhia para mensuração do ativo fiscal reconhecido;• Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em tributos, da precisão matemática, bem como a razoabilidade da taxa aplicada, fundamentada na opinião legal dos assessores jurídicos da Companhia, para a estimativa de correções monetárias consideradas sobre o valor principal dos créditos fiscais.• Avaliação da apresentação das informações relevantes divulgadas nas demonstrações financeiras consideram individuais e consolidadas. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os valores dos créditos fiscais de Pis e Cofins reconhecidos, bem como as respectivas divulgações relacionadas a esse assunto, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.</p>

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 4 de março de 2020, sem modificação. Os valores correspondentes relativos às demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 16 de março de 2021.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PR



João Alberto Dias Panceri
Contador CRC PR-048555/O-2

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019			31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	500.734	390.817	544.162	460.714	Fornecedores	16	484.963	323.182	562.210	383.964
Instrumentos financeiros derivativos	32	4.474	-	4.474	-	Empréstimos e financiamentos	17	437.298	553.500	461.373	601.728
Contas a receber	6	540.810	204.769	698.044	258.642	Instrumentos financeiros derivativos	32	8.727	14.584	8.727	14.584
Estoques	7	558.483	438.306	645.750	494.422	Salários e encargos a pagar		30.756	18.832	33.263	20.281
Contas a receber com partes relacionadas	10	66.633	30.190	20.410	20.378	Passivo de arrendamento	14.a	8.452	6.720	9.292	7.420
Impostos a recuperar	8	165.106	83.036	183.356	87.826	Provisões	18	124.143	76.107	141.362	86.363
IRPJ e CSLL		48.485	34.866	37.680	36.789	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	5.412	4.592	5.412	4.592
Adiantamentos diversos		37.343	48.569	48.753	60.535	Tributos a recolher		23.656	20.768	32.037	24.035
Outros créditos	9	27.225	52.004	28.608	52.457	Dividendos a pagar	23.d	48.609	4.560	48.609	4.560
		<u>1.949.293</u>	<u>1.282.557</u>	<u>2.211.237</u>	<u>1.471.763</u>	Receita diferida	8 e 19	7.492	8.344	7.492	8.344
						Contas a pagar com partes relacionadas	10	7.477	10.178	1.213	763
						Outras contas a pagar	20	45.569	4.757	59.942	22.309
								<u>1.232.554</u>	<u>1.046.124</u>	<u>1.370.932</u>	<u>1.178.943</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	17	279.061	110.396	301.561	110.396
Contas a receber	6	-	69	-	70	Passivo de arrendamento	14.a	28.921	32.343	31.839	35.713
Impostos a recuperar	8	275.380	86.068	275.415	86.096	Provisões	18	19.306	19.322	19.306	19.322
Tributos diferidos	21.a	-	61.540	599	60.296	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	34.497	30.600	34.497	30.600
Outros créditos	9	60.984	59.573	61.571	59.889	Contas a pagar com partes relacionadas	10	-	-	4.393	5.943
		<u>336.364</u>	<u>207.250</u>	<u>337.585</u>	<u>206.351</u>	Provisão para perda em investimentos	11 e 13	1.273	2.277	457	459
						Outras contas a pagar	20	687	1.275	28.512	29.135
								<u>363.745</u>	<u>196.213</u>	<u>420.565</u>	<u>231.568</u>
						TOTAL DO PASSIVO		1.596.299	1.242.337	1.791.497	1.410.511
Investimento em controladas	11	200.629	149.733	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	13	-	-	38.538	46.116	Capital social	23.a	721.670	389.000	721.670	389.000
Investimento em coligadas e outros	12	18.001	5.798	53.154	27.317	Reserva de capital	23.b	119.411	119.290	119.411	119.290
Imobilizado	14	73.590	76.538	86.298	88.718	Ajuste de avaliação patrimonial	23.g	(17.075)	(37.452)	(17.075)	(37.452)
Intangível	15	40.336	47.485	97.823	105.138	Reserva de lucros	23.c	211.233	68.687	211.233	68.687
		<u>332.556</u>	<u>279.554</u>	<u>275.813</u>	<u>267.289</u>	Ações em tesouraria	23.f	(13.325)	(12.501)	(13.325)	(12.501)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		<u>1.021.914</u>	<u>527.024</u>	<u>1.021.914</u>	<u>527.024</u>
						Participação de acionistas não controladores		-	-	11.224	7.868
		<u>668.920</u>	<u>486.804</u>	<u>613.398</u>	<u>473.640</u>	Patrimônio líquido total		<u>1.021.914</u>	<u>527.024</u>	<u>1.033.138</u>	<u>534.892</u>
TOTAL ATIVO		2.618.213	1.769.361	2.824.635	1.945.403	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.618.213	1.769.361	2.824.635	1.945.403

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
RECEITA LÍQUIDA	24	1.991.623	1.684.253	2.192.173	1.915.308
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	25	(1.609.151)	(1.259.221)	(1.743.427)	(1.435.200)
LUCRO BRUTO		382.472	425.032	448.746	480.108
Despesas com vendas	25	(286.809)	(249.952)	(310.653)	(273.006)
Despesas gerais e administrativas	25	(86.169)	(104.299)	(82.691)	(112.095)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	8	220.815	(2.724)	221.150	5.896
Resultado da equivalência patrimonial	11 e 13	23.544	18.629	1.124	(2.048)
		(128.619)	(338.346)	(171.070)	(381.253)
RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS E TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		253.853	86.686	277.676	98.855
Receitas financeiras	27	56.497	29.654	59.756	32.306
Despesas financeiras	27	(92.375)	(101.648)	(100.576)	(107.981)
Variação cambial, líquida	27	48.895	7.900	35.533	5.100
		13.017	(64.094)	(5.287)	(7.057)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		266.870	22.592	272.389	28.280
Imposto de renda e contribuição social correntes	21.b	(14.359)	(4.263)	(15.139)	(7.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.b	(61.540)	(1.870)	(61.408)	(166)
		(75.899)	(6.133)	(76.547)	(7.432)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		190.971	16.459	195.842	20.848
Atribuível aos Controladores		N/A	N/A	190.971	16.459
Atribuível aos não Controladores		N/A	N/A	4.871	4.389
LUCRO POR AÇÃO - R\$					
Básico	29	N/A	N/A	1,4024	0,1904
Diluído	29	N/A	N/A	1,4005	0,1903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Resultado do exercício		190.971	16.459	195.842	20.848
Outros resultados abrangentes					
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado					
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior					
Varição cambial sobre investimentos no exterior					
Crounal S.A./PBG Uruguay S.A.	11	18.329	2.286	18.329	2.286
Informática Fueguina S.A.	13	-	280	-	280
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	11 e 13	1.364	(88)	1.364	(88)
Positivo Argentina S.R.L		(36)	(231)	(36)	(231)
Hedges de Fluxo de Caixa					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	32.b	720	2.042	720	2.042
		20.377	4.289	20.377	4.289
Resultado abrangente do exercício		211.348	20.748	216.219	25.137
Resultado abrangente atribuído aos controladores				211.348	20.748
Resultado abrangente atribuído aos não controladores				4.871	4.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		190.971	16.459	195.842	20.848
Reconciliação do Lucro líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:					
Depreciação e amortização	25	40.906	35.950	46.102	44.334
Equivalência patrimonial	11 e 13	(23.544)	(18.629)	(1.124)	2.048
Ganho no valor justo e ajuste a valor presente		(23.140)	874	(23.551)	(8.549)
Provisão (Reversão) para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	22	4.717	(1.868)	4.717	(1.868)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	10.974	2.582	11.252	2.582
Provisão (Reversão) para perdas com estoques	7	19.924	(1.312)	23.802	(1.867)
Provisões e receitas diferidas		64.144	18.813	71.107	22.078
Stock options	33	431	425	431	425
Encargos sobre empréstimos e direito de uso		58.855	68.634	61.796	71.813
Variação cambial		(6.260)	(5.730)	(5.067)	(5.384)
Juros sobre impostos		(31.810)	(3.403)	(31.810)	(3.403)
Ganhos (perdas) em processos administrativos e judiciais	8	(217.589)	-	(221.376)	-
Imposto de renda e contribuição social (Corrente e Diferido)	21.b	75.899	6.133	76.547	7.432
		164.478	118.928	207.768	150.489
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(347.579)	(14.940)	(451.149)	(25.435)
Estoques		(154.952)	17.988	(190.753)	22.777
Impostos a recuperar		(33.874)	(8.843)	(37.104)	(8.262)
Adiantamentos diversos		14.967	4.878	15.790	4.100
Contas a receber de partes relacionadas		(39.144)	13.286	15.296	(2.460)
Outros créditos		11.068	(22.362)	15.352	(21.639)
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		161.324	(48.967)	178.231	(56.863)
Obrigações tributárias		2.888	4.331	8.002	(848)
Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	(119)	-	(3.282)
Outras contas a pagar		48.360	(1.624)	55.323	(942)
Pagamento de juros sobre empréstimos e contratos de arrendamento		(38.335)	(63.274)	(40.412)	(63.766)
		(375.277)	(119.646)	(431.424)	(156.620)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(210.799)	(718)	(223.656)	(6.131)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Integralização de capital - investida	11e12	(13.990)	(7.700)	(12.000)	(12.600)
Aquisição de imobilizado		(7.137)	(3.661)	(9.186)	(5.078)
Aumento do intangível		(19.813)	(14.278)	(22.121)	(14.290)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(40.940)	(25.639)	(43.307)	(31.968)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Aumento do capital social		332.670	-	332.670	-
Pagamento por aquisição de controlada	20.c	-	-	(5.331)	-
Pagamentos de dividendos		(4.003)	-	(5.518)	-
Captação de empréstimos		651.535	681.665	698.105	727.649
Amortização de empréstimos		(609.365)	(616.552)	(658.452)	(616.552)
Pagamento de contratos de arrendamento	14.a	(7.674)	(6.249)	(8.415)	(6.900)
Recuperação de ações		(1.901)	-	(1.901)	-
Recursos provenientes do exercício de opções de ações	33	394	1.418	394	1.418
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		361.656	60.282	351.552	105.615
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	(1.141)	(150)
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		109.917	33.925	83.448	67.366
Caixa e equivalentes no início do período	5	390.817	356.892	460.714	393.348
Caixa e equivalentes no final do período	5	500.734	390.817	544.162	460.714
AUMENTO DO CAIXA E EQUIVALENTES NO EXERCÍCIO		109.917	33.925	83.448	67.366

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	2.327.440	1.961.474	2.585.439	2.227.688
Devoluções e descontos comerciais	(66.319)	(81.992)	(62.769)	(85.298)
Verba de propaganda cooperada e rebate	(64.910)	(49.346)	(64.959)	(49.287)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(10.974)	(2.582)	(11.252)	(2.582)
Outras receitas	220.815	-	221.329	5.896
	2.406.052	1.827.554	2.667.788	2.096.417
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.552.880)	(1.207.156)	(1.662.579)	(1.362.655)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(198.354)	(175.363)	(219.478)	(190.522)
Comissões	(32.702)	(25.750)	(42.179)	(32.662)
Marketing	(27.176)	(21.178)	(29.227)	(22.637)
	(1.811.112)	(1.429.447)	(1.953.463)	(1.608.476)
Valor adicionado bruto	594.940	398.107	714.325	487.941
Depreciação e amortização	(40.906)	(35.950)	(46.102)	(44.334)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	554.034	362.157	668.223	443.607
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	23.544	18.629	1.124	(2.048)
Receitas financeiras e variações cambiais ativas	216.842	71.969	257.334	78.848
	240.386	90.598	258.458	76.800
Valor adicionado total a distribuir	794.420	452.755	926.681	520.407
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	95.931	93.368	106.213	101.466
Benefícios	23.291	12.721	27.787	16.333
FGTS	6.357	8.234	7.143	8.824
	125.579	114.323	141.143	126.623
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	243.561	145.035	274.686	175.096
Estaduais	26.580	36.260	47.844	43.544
Municipais	1.960	1.320	2.387	1.386
	272.101	182.615	324.917	220.026
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	92.375	101.648	100.576	107.981
Aluguéis	1.945	3.295	2.158	3.487
Variação cambial	111.449	34.415	162.045	41.442
	205.769	139.358	264.779	152.910
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	48.055	4.557	48.055	4.557
Lucro retido	142.916	11.902	142.916	11.902
Parcela dos não controladores no lucro retido	-	-	4.871	4.389
	190.971	16.459	195.842	20.848
Valor adicionado total distribuído	794.420	452.755	926.681	520.407

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia") é uma empresa de tecnologia com sede no Brasil, fundada em 1989 e desde dezembro de 2016 tem suas ações (POSI3) negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, servidores, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, celulares, smartphones e softwares educacionais, e uma linha de produtos voltada para a "internet das coisas".

b) Impactos da pandemia provocada pelo Coronavírus.

Em 2020, a Companhia não apurou impactos significativos decorrentes da pandemia em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, considerando que não haja o agravamento da pandemia e ocorra a retomada da atividade econômica aos níveis anteriores, a Companhia não estima efeitos significativos em seu resultado que possam comprometer a sua capacidade operacional.

A Companhia tem monitorado os impactos decorrentes da pandemia e vem tomando medidas preventivas e necessárias dentre as principais medidas adotadas pela Companhia destacamos:

- (i) Instituição em fevereiro de 2020 de um comitê de combate a crise que se reúne periodicamente visando a definição de estratégias e assertividade na tomada de decisões;
- (ii) Instituição do trabalho a distância (home office) para os colaboradores da área administrativa, que representam aproximadamente 47% de todos os colaboradores a Companhia;
- (iii) Adoção da redução proporcional de jornada de trabalho e de salários e a suspensão temporária de contratos de trabalho conforme prevê a Lei 14.020/2020. No encerramento do exercício todos os colaboradores já estavam em situação normal de trabalho;
- (iv) Rigoroso controle e conjunto de medidas adotadas nas áreas fabris visando maior segurança e redução do risco de contágio dos trabalhadores.

Destacamos ainda que no primeiro trimestre, a Companhia captou recursos mediante a emissão de novas ações (nota 23.a) o que contribuiu de maneira relevante para o fortalecimento do caixa, dando maior tranquilidade para a Administração gerenciar as atividades.

Paralelamente a Companhia direcionou esforços para auxiliar no combate à COVID-19, e trabalhou para auxiliar na produção de ventiladores pulmonares, adquirindo e desenvolvendo componentes indispensáveis para a fabricação desses equipamentos, além da doação de cilindros de oxigênio para hospitais públicos da cidade de Manaus - AM.

2. EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2021.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

3.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão divulgadas na nota 4.

Continuidade Operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando.

Demonstração do Valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia,

conforme requerido pela legislação societária brasileira e, apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas diretas e indiretas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Controladas Diretas		
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Positivo Argentina S.R.L.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	100,00	100,00
Positivo Distrib. de Equip. de Informática Ltda.	100,00	100,00
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.	100,00	100,00
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda.	80,00	80,00

(b) Empreendimento controlado em conjunto (*joint ventures*)

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a

Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fuegoína S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Investida da Positivo Smart Tecnologia Ltda.		
PBG Rwanda Limited.	50,00	50,00
Investida da Crounal S.A.		
PBG Uruguay S.A.	50,00	50,00

(c) Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada nem uma participação em uma *joint venture*. Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

Os resultados e os ativos e passivos de coligadas são incorporados nestas demonstrações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, exceto quando o investimento é classificado como mantido para venda, caso em que ele é contabilizado de acordo com a IFRS 5 (CPC 31).

De acordo com o método de equivalência patrimonial, um investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente no balanço patrimonial consolidado ao custo e ajustado em seguida para reconhecer a participação da Companhia no resultado e em outros resultados abrangentes da coligada.

	Participação % Controladora		Participação % Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Coligadas				
Hi Technologies Holding Ltd.	23,00	30,07	28,01	30,07
Investida da Hi Technologies Holding Ltd.				
Hi Technologies S.A.	23,00	30,07	28,01	30,07

(d) Outros investimentos

A Companhia não tem influência significativa nestes investimentos, os quais

foram mensurados a valor justo por meio do resultado ou pelo custo de aquisição:

Outros investimentos - Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes.	Participação %	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	20,00	20,00
Agrosmart S.A.	12,40	12,40
Ambar Living S.A.	5,70	-
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	13,65	-
Pharmalog S.A.	33,00	-

3.3. Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas na nota 26 de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os principais segmentos operacionais da Companhia são varejo, governo e servidores.

3.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações consolidadas.

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com instrumentos financeiros são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

(c) Investidas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades, cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

(i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.

(ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das

datas das operações).

(iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

3.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.6. Ativos financeiros

3.6.1. Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado para a gestão de ativos e nas características dos fluxos de caixas contratuais.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

São reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado os ativos que: (i) não se enquadram nos modelos de negócios para quais seria possível a classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) os ativos financeiros que são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Caixas e equivalentes de caixa", "Instrumentos financeiros derivativos" e "outros investimentos".

(b) Custo Amortizado

São reconhecidos a custo amortizado os ativos financeiros mantidos em modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. São exemplos de ativos classificados nesta categoria: "Contas a receber de clientes", "Outros créditos", "Partes relacionadas".

3.6.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia

tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são contabilizados usando o método da taxa efetiva de juros subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem.

3.6.3. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.6.4. Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. O valor das perdas de crédito esperadas é atualizado em cada data de relatório para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

Um ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável quando um ou mais eventos que tenham um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados daquele ativo financeiro tiver ocorrido. As evidências de que o ativo financeiro está sujeito à redução ao valor recuperável incluem dados observáveis sobre os eventos a seguir:

- (a) Dificuldade financeira significativa do emissor ou do devedor;
- (b) Violação de contrato, tal como inadimplência ou evento;
- (c) Os credores do devedor, por motivos econômicos ou contratuais relacionados à dificuldade financeira do devedor, concedeu ao devedor um desconto que o credor não consideraria de outra forma;
- (d) É provável que o devedor declare falência ou outra forma de reorganização financeira; ou
- (e) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do

devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

A Companhia avaliou sua carteira de recebíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e não identificou evidências que pudessem impactar as estimativas de reconhecimento de provisão para perdas de crédito esperadas, dentre os quais destacam-se: aumento da inadimplência, dificuldade financeira de seus principais clientes, violações de contrato, ou concessões de desconto que não consideraria em cenários anteriores ao da pandemia da COVID-19. Desta forma, o valor da provisão para perda reconhecida e divulgada na nota explicativa n.º 6 reflete de maneira adequada a estimativa de perda esperada pela Companhia na data de divulgação das demonstrações contábeis.

3.6.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, "swaps" de taxa de juros e de moedas. As Notas 30 a 32 incluem informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

3.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*impairment*").

3.8. Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas e indiretas de produção (com base na capacidade operacional normal).

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

A provisão de obsolescência para estoques é realizada com base na avaliação das matérias primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é o giro dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

3.9. Imobilizado

Edificações, máquinas e equipamentos, hardware, móveis e utensílios estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia, quando aplicável. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

<u>Ativo imobilizado</u>	<u>Vidas úteis</u>
Máquinas e equipamentos	15 anos
Benfeitorias sobre imóvel locado	10 anos
Hardware	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Instalações industriais	13 anos
Edificações	25 anos
Outros Imobilizados	10 anos

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

3.10. Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso de apuração de deságio, o montante é registrado como ganho no resultado do exercício, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(b) Ativo intangível gerado internamente em andamento

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante de gastos com desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstrado todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda;
- A intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- A habilidade de usar ou vender o ativo intangível;
- Como o ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- A habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

(c) Ativo intangível gerado internamente concluído

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do período, quando incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são registrados ao valor de custo, deduzido da amortização e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas, assim como os ativos intangíveis adquiridos separadamente.

A Amortização é iniciada após a conclusão dos projetos, momento em que a Companhia obtém ou pode obter os benefícios econômicos oriundos da sua utilização e/ou comercialização.

(d) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.

- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os softwares desenvolvidos pela Companhia são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

3.11. *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

3.12. Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.13. Arrendamento

(a) A Companhia como arrendatária

Os contratos de arrendamentos em que a Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias são reconhecidos no balanço na conta de ativo de direito de uso e contrapartida no passivo de arrendamento, exceto arrendamentos de curto prazo e de baixo valor, que são reconhecidos como despesa em uma base linear durante o prazo do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado ao custo, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, ajustado para qualquer remensuração da obrigação de arrendamento. A depreciação é calculada com base na vida útil do bem ou pelo prazo do contrato. A obrigação de arrendamento é inicialmente mensurada ao

valor presente das parcelas de arrendamento do contrato, atualizados mensalmente pelos juros descontados e liquidados pelos pagamentos de arrendamento realizados.

(b) A Companhia como arrendadora

As contas a receber de arrendatários referentes a contratos de arrendamento são registradas inicialmente com base no valor justo do bem arrendado. O rendimento do arrendamento é reconhecido nos períodos contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno efetiva no investimento líquido da Companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

3.14. Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

3.15. Subvenções governamentais

A Companhia goza de benefícios fiscais, os quais são caracterizados como subvenções governamentais, conforme mencionado na nota 8.

A parcela correspondente à utilização dos benefícios fiscais relativa ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, decorrente da venda de produtos industrializados é reconhecida da seguinte forma:

- Como receita do exercício corrente, a parcela em que as obrigações de investimentos relacionadas ao benefício foram plenamente atendidas;
- Mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela cuja obrigação de investimento ainda não foi plenamente atendida;
- Também mantida no passivo, sob a rubrica receita diferida, a parcela de investimento referente a um ativo amortizável. Esta parcela será reconhecida como receita ao longo do período da vida útil deste bem, na proporção de sua amortização;
- Como receita do exercício corrente, a parcela em que não há obrigação direta de investimento;

Em atendimento à Lei 11.638/07 e ao CPC 7 - Subvenção e assistência governamentais, as subvenções governamentais da Companhia são reconhecidas no resultado na rubrica de impostos sobre vendas. Após a apuração do resultado do exercício, se tiver sido apurado lucro, é realizada a destinação dos incentivos fiscais para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

3.16. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) e outras são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii)

o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.17. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais apurados.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

3.18. Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O plano de remuneração baseado em ações para empregados e executivos da Companhia são mensurados pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data da outorga. Os detalhes a respeito da determinação do valor justo desses planos estão descritos na nota 33.

O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante

o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas da Companhia sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. No final de cada período de relatório, a Companhia revisa suas estimativas sobre a quantidade de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta "Opções Outorgadas Reconhecidas" que registrou o benefício aos empregados.

(b) Obrigações de aposentadoria

A Companhia opera com plano de pensão na modalidade de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

3.19. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pela Companhia são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

A recompra dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia é reconhecida e deduzida diretamente no patrimônio. Nenhum ganho ou perda é reconhecido no resultado proveniente de compra, venda, emissão ou cancelamento dos próprios instrumentos de patrimônio da Companhia.

3.20. Reconhecimento da receita

O CPC 47, equivalente à norma internacional IFRS 15, substitui o CPC 30 - Receitas (equivalente à norma internacional IAS 18) e interpretações relacionadas e se aplica, com exceções limitadas, a todas as receitas decorrentes de contrato com cliente. O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente: (i) Identificar o contrato com o cliente; (ii) Identificar as obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinar o preço das transações; (iv) Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecer a receita quando cumpridas as obrigações de desempenho.

O CPC 47 exige que a Companhia exerça julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes, e que a receita reconhecida reflita a contraprestação que a entidade

espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

Receita de vendas

As receitas de vendas de mercadorias são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos para terceiros, somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação (seus valores deduzidos de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculados sobre as vendas a prazo, os impostos sobre vendas e verbas comerciais concedidas). Excepcionalmente algumas operações são do tipo "faturar e manter" (*bill-and-hold*), onde contratualmente o cliente tem o controle do produto mesmo que ele continue sob a posse física da entidade. Nesse caso, o cliente tem a capacidade de direcionar o uso e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios remanescentes do produto, mesmo que tenha decidido não exercer seu direito de tomar a posse física desse produto.

Prestação de serviços

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são realizados conforme cronograma de execução e quando há expectativa válida de recebimento do cliente. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento, não compõem os saldos das respectivas contas de receita e contas a receber.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.21. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZA NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

A seguir são apresentados os principais julgamentos efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(a) Mensuração do valor justo

Alguns dos ativos e passivos da Companhia são mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras, em especial caixa e equivalente de caixa e os instrumentos financeiros derivativos.

Para estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis do mercado na extensão em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, a Companhia envolve profissionais qualificados no processo de avaliação e mensuração dos valores justos de tais ativos e passivos.

As informações sobre as técnicas de avaliação e as informações usadas na determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas nas notas explicativas nº 30 e nº 32.

(b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa

A Companhia mensura a provisão para perdas de contas a receber de clientes em um valor equivalente à perda de crédito esperada sobre as contas a receber de clientes durante a vida útil. As perdas de crédito esperadas sobre as contas a receber de clientes são estimadas considerando a experiência de inadimplência histórica do devedor e em uma análise da posição financeira atual do devedor, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam.

As informações prospectivas (como os indicadores de desempenho econômico previstos) também são levadas em consideração se, com base na experiência anterior, tais indicadores mostrarem uma correlação significativa com as perdas reais de crédito.

(c) Realização dos estoques

A Companhia efetua a análise de realização dos estoques, com base na expectativa de utilização ou venda dos estoques, como também na avaliação entre o valor contábil e o valor líquido de realização. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável por meio de estimativas de perda por giro lento de mercadorias ou realização com margem abaixo do valor contábil.

(d) Impostos a recuperar - ICMS

Conforme descrito na Nota 8, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos créditos relativos a impostos a recuperar, tomando medidas preventivas para que tal realização ocorra e evitar que o saldo exceda a capacidade de sua realização.

(e) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme descrito na Nota 21, a Administração efetua estudos periódicos para avaliar a realização dos tributos diferidos, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro tributável futuro.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bancos	12.450	15.270	53.446	29.911
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	488.284	375.547	490.716	430.803
	500.734	390.817	544.162	460.714

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, as aplicações financeiras da Companhia correspondem substancialmente a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 101,43% (94,22% em 2019) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
A vencer	389.013	69.606	522.707	119.402
Vencidos até 30 dias	51.097	61.676	53.282	62.138
Vencidos de 31 a 60 dias	39.924	10.790	44.456	10.940
Vencidos de 61 a 90 dias	11.245	7.357	17.333	7.517
Vencidos de 91 a 180 dias	21.254	13.042	26.713	14.168
Vencidos de 181 a 360 dias	19.558	5.322	21.486	6.549
Vencidos há mais de 361 dias	63.408	80.126	67.093	81.207
(-) Provisão para perda de créditos esperadas	(52.364)	(41.390)	(52.642)	(41.390)
(-) Ajuste a valor presente	(2.325)	(1.691)	(2.384)	(1.819)
	540.810	204.838	698.044	258.712
Circulante	540.810	204.769	698.044	258.642
Não Circulante	-	69	-	70

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos deve-se ao fato que os recebimentos dependem de processos internos de aprovação dos pagamentos pelos referidos órgãos. Historicamente, essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 29.587 (R\$ 53.754 em 31 de dezembro de 2019).

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas esperadas de créditos, substancialmente, através de análises prospectivas de sua carteira de ativos, considerando se há dificuldade financeira relevante do devedor, mudanças adversas nas condições econômicas que se correlacionam com as inadimplências, e na experiência de inadimplência passada do devedor.

Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas de créditos esperada no exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo no início do período	41.390	38.808	41.390	38.808
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	10.974	2.582	11.252	2.582
	52.364	41.390	52.642	41.390

Destaca-se ainda, a concentração dos recebíveis em poucos clientes: os 20 maiores clientes da Companhia representam cerca de 71% do montante a receber em 31 de dezembro de 2020 (cerca de 67% em 31 de dezembro de 2019).

O período médio de recebimento é de 97 dias, em vendas a órgãos públicos o prazo pode chegar até 180 dias.

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

7. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais	266.921	249.657	307.751	286.449
Produtos acabados	184.620	172.645	200.889	182.143
Importações em andamento	(a) 98.595	16.096	113.312	19.810
Adiantamentos a fornecedores	81.108	52.745	102.360	60.780
Provisão para perdas com estoques	(b) (72.761)	(52.837)	(78.562)	(54.760)
	558.483	438.306	645.750	494.422

- a) Importações em andamento são insumos adquiridos de fornecedores estrangeiros que na data do encerramento dessas demonstrações financeiras já haviam sido embarcados pelos fornecedores, encontram-se em trânsito e estão sob a responsabilidade da Companhia.
- b) A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de revendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica.

A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a doze meses.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
ICMS	(a) 106.960	113.207	108.347	117.269
IPI	(b) 28.908	24.575	28.963	24.795
PIS	3.082	3.601	3.147	3.620
COFINS	14.025	15.922	14.323	16.014
Crédito Financeiro Lei 13.969/2019	(c) 19.472	-	22.531	-
IPI Zona Franca de Manaus	(d) 23.629	-	23.629	-
PIS E COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	(e) 223.486	-	223.486	-
Outros impostos a recuperar	20.924	11.799	34.345	12.224
	440.486	169.104	458.771	173.922
Parcela no circulante	165.106	83.036	183.356	87.826
Parcela no não circulante	275.380	86.068	275.415	86.096

a) ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei do Estado do Paraná nº 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- (ii) Decreto do Estado do Paraná nº 1.922/2011 (e alterações posteriores), que concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos industrializados nos termos da Lei nº 8.248/1991 e comercializados pela Companhia;

- (iii) Decreto do Estado do Amazonas nº 23.994/2003, que concede benefícios fiscais como o diferimento do lançamento do ICMS incidente sobre a operação de importação de matérias-primas e insumos destinados à produção, crédito presumido de ICMS na compra de matéria-prima e insumos de origem nacional, crédito estímulo de ICMS equivalente ao valor devido nas vendas de bens de informática e automação e terminais portáteis de telefonia celular produzidos no território da ZFM;

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no exercício findo em 31 de dezembro 2020 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o montante de R\$ 225.522 (R\$ 190.101 em 2019) e R\$ 226.757 (212.036 em 2019), respectivamente, relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 7.492 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 8.344 em 31 de dezembro de 2019). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgado na Nota 15.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

b) IPI

Até 31 de março de 2020, o crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2024.
- Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026.
- Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

c) Crédito Financeiro Lei 13.969/2019

A partir de 1 de abril de 2020, entraram em vigor as alterações promovidas pela Lei nº 13.969/2019 que alterou o regime de incentivos implementado pela Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, conhecida como "Lei de Informática". Com a nova legislação as alíquotas do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) passaram a ser tributadas integralmente, ou seja, as alíquotas do IPI para os produtos enquadrados na Lei Federal de Informática deixaram de ser beneficiadas com reduções como permitido pela Lei anterior e instituiu um sistema de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) realizados pelas indústrias de bens de informática e que terá vigência até 31 de dezembro de 2029.

Em decorrência do benefício acima mencionado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia registrou, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o montante de R\$ 39.604 e R\$ 54.091 respectivamente, no grupo de despesas gerais e administrativas, onde estão contabilizadas as despesas que deram origem ao crédito.

d) IPI Zona Franca de Manaus

Em 21 de julho de 2020 transitou em julgado a decisão definitiva favorável no processo em que a Companhia requeria créditos fiscais de IPI, originados pelas compras de insumos de fornecedores localizados na Zona Franca de Manaus. O montante total de crédito tributário decorrente desse processo homologado perante a Secretaria da Receita Federal foi de R\$ 74.453.

e) PIS e COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo

A Companhia obteve êxito em ação judicial que questionava a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. O Mandado de segurança impetrado em 2010, foi julgado favoravelmente à Companhia, com decisão foi transitada em julgado em outubro de 2020.

Referida decisão, autoriza expressamente a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS e a determina a atualização do indébito pela SELIC, nos termos do art. 39, § 4º da Lei nº. 9.250/95.

Considerando que referido processo foi ajuizado no ano de 2010 e que a decisão garante o afastamento do ICMS da base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS pelo período quinquenal, o direito ao crédito da Companhia retroage à 2005.

Os efeitos dessa decisão foram apurados pela Companhia e foi reconhecido em 2020, o montante de R\$ 223.486 (R\$ 218.501 líquido de honorários e impostos sobre a receita financeira) referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior, sendo R\$ 197.747 registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais" e R\$ 25.739 na rubrica "Receitas financeiras" por se tratar de atualização pela SELIC, o qual constitui a melhor estimativa da Companhia, determinada com base no levantamento de informações e documentos disponíveis e com o suporte de empresa especializada e assessores jurídicos. Entretanto, considerando que parte dos créditos decorrem de operações comerciais realizadas em períodos que antecedem à obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica e de escrituração fiscal digital (SPED), julgamentos foram utilizados na apuração de tais créditos e, conseqüentemente, os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

A compensação dos créditos ocorrerá após a habilitação junto à Receita Federal do Brasil.

9. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Despesas antecipadas (a)	10.592	20.416	11.481	20.621
Depósitos judiciais (b)	65.960	64.873	66.051	64.976
Outros	11.657	26.288	12.647	26.749
	88.209	111.577	90.179	112.346
Parcela circulante	27.225	52.004	28.608	52.457
Parcela não circulante	60.984	59.573	61.571	59.889

- (a) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda, publicidade e pesquisa e desenvolvimento no montante de R\$ 6.235 (R\$ 17.277 em 31 de dezembro de 2019), registrados na conta de despesa antecipada. A Administração considera que a realização será em período inferior a doze meses.
- (b) A Companhia realizou depósitos judiciais no montante atualizado de R\$ 53.323 visando a manutenção do benefício fiscal de alíquota zero para Pis e Cofins, conforme previsto no artigo 28 da Lei 11.196/2005, até o final do exercício de 2018. Segundo a avaliação dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia a probabilidade de perda nesse processo é remota.

10. PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais:

	Controladora							
	Contas a receber		Contas a pagar		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	57	611	322	1	-	991	500	234
Positivo Educacional Ltda.	185	-	-	-	211	826	640	112
Editora Aprende Brasil Ltda.	586	397	253	337	207	292	721	967
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	396	116	-	-	142	280	-	7
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	638	425	-	-	6.372	5.100
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	-	-	5.286	4.246	(b)	-	-	-
Boreo Com. de Equipamentos Ltda	3.869	3.869	(b)	-	-	-	-	-
Informática Fuegoína S.A.	208	208	-	-	-	-	-	-
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	-	536	536	-	-	-	-
Crounal S.A.	-	-	315	294	(a)	-	-	-
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	-	-	-	-	-	-
Hi Technologies S.A.	-	7.413	(c)	-	-	-	-	-
PBG Uruguay S.A.	89	89	-	-	-	-	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda	23.371	16.546	(a)	-	9.796	4.096	381.223	210.568
Positivo Distrib. de Equip. de Inform. Ltda	22.129	-	(a)	4.339	(a)	38.923	18.128	23.488
ACC Brasil Indústria e Com. de Computadores Ltda	14.802	-	(a)	127	(a)	91.703	-	4.535
	66.633	30.190	7.477	10.178	140.982	24.613	417.479	222.572

	Consolidado							
	Contas a receber		Contas a pagar		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	57	611	322	1	-	991	500	234
Positivo Educacional Ltda.	185	-	-	-	211	826	640	112
Editora Aprende Brasil Ltda.	586	397	253	337	207	292	721	967
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	396	116	-	-	142	280	-	7
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	638	425	-	-	6.372	5.100
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	941	941	-	-	-	-	-	-
Hi Technologies S.A.	-	7.413	(c)	-	-	-	-	-
PBG Uruguay S.A.	7.884	4.123	(d)	-	-	-	-	-
Informática Fuegoína S.A.	5.759	4.578	(a)	-	-	-	-	-
Sócios não controladores ACC Brasil Ind E Com.	4.602	2.199	(e)	4.393	(e)	5.943	-	-
	20.410	20.378	5.606	6.706	560	2.389	8.233	6.420

Parcela no circulante	20.410	20.378	1.213	763
Parcela não circulante	-	-	4.393	5.943

As transações entre partes relacionadas acontecem com preços e prazos pactuados entre as partes.

- (a) Compra e venda de insumos e produtos acabados: a Companhia e suas controladas realizam compras e vendas para suas controladas e controladas em conjunto para utilização no processo produtivo e revenda, no curso normal das operações.

- (b) A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Smart Tecnologia Ltda. e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.. Essas operações decorrem de necessidades pontuais de caixa, não tem prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros.
- (c) A Companhia realizou empréstimos no montante de R\$ 6.100 à Hi Technologies S.A., operações regulamentadas por contratos de mútuo, com taxa de juros anual de 150% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI. Os contratos foram integralmente liquidados no primeiro trimestre de 2020.
- (d) Em 31 de dezembro de 2020, a Controlada Crounal S.A. apresentava o montante de R\$ 7.884 referente a dividendos a serem recebidos da *Joint Venture* PBG Uruguay S.A..
- (e) O saldo passivo refere-se ao à captação de recursos realizados pela ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda junto aos sócios não controladores. Os valores estão registrados em reais e tem vencimento previsto de 2020 a 2024. Os valores são atualizados pela variação positiva do IGP-M. O saldo ativo é referente a distribuição antecipada de lucros realizada aos sócios não controladores.

Remuneração da administração

O montante reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 6.520 (R\$ 7.269 em 31 de dezembro de 2019), referente a benefícios de curto e longo prazo (pagamento baseado em ações – Stock Options).

Houve no exercício de 2020, redução na remuneração dos Administradores em virtude da pandemia de COVID-19.

A Assembleia Geral Ordinária de 2 de junho de 2020 aprovou para o exercício de 2020, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 11.060 (R\$ 10.584 em 2019).

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

		Saldo em 31/12/2019	Aporte de Capital	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Investimentos						
		37.191	-	16.450	1.364	55.005
	(a)	63.407	-	(1.797)	18.329	79.939
		685	-	-	-	685
	(b)	155	-	150	(36)	269
	(c)	18.456	-	1.292	-	19.748
		29.839	13.990	1.154	-	44.983
	(d)	149.733	13.990	17.249	19.657	200.629

		Saldo em 31/12/2019	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perda em investimentos				
	(e)	(1.818)	1.002	(816)
		(1.818)	1.002	(816)

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 3.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2020					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	96.151	41.146	55.005	-	16.450
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	85.714	5.775	79.939	39.015	(1.797)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	10.005	13.832	(3.827)	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	95.304	96.120	(816)	367.103	1.002
Positivo Argentina S.R.L.	1.643	1.374	269	4.419	150
Positivo Distribuidora de Equip. de Informática Ltda.	52.104	32.356	19.748	76.591	1.292
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	89.782	51.529	38.253	191.965	20.744
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	48.430	32	48.398	-	1.154
31 de dezembro de 2019					
Positivo Smart Tecnologia Ltda.	82.192	28.015	54.177	-	17.074
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	72.976	(1.904)	74.880	31.577	9.187
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	114	3.826	(3.712)	-	-
Boreo Indústria de Componentes Ltda.	58.643	61.174	(2.531)	198.099	(713)
Positivo Argentina S.R.L.	6.241	7.461	(1.220)	4.957	(1.144)
Positivo Distribuidora de Equip. de Informática Ltda.	29.471	15.218	14.253	24.830	(4.203)
ACC Brasil Ind. e Com. de Comp. Ltda. (Controlada indireta)	79.345	55.776	23.569	152.795	20.201
Positivo Tecn. Fundo de Invest. em Partic. em Emp. Emergentes	37.978	-	37.978	-	-

(a) Crounal S.A.

Com sede na cidade Montevideo – Uruguai, a controlada tem por objetivo social a revenda componentes eletrônicos, equipamentos de informática, telefonia e comunicação. A moeda funcional dessa controlada é o dólar dos Estados Unidos da América.

(b) Positivo Argentina S.R.L.

Com sede na cidade de Buenos Aires a controlada tem como atividade principal a fabricação e comercialização de equipamentos médicos, laboratoriais, informática e comunicação. A controlada tem como moeda funcional o peso argentino.

(c) Positivo Distribuidora de Equipamentos de Informática Ltda.

Em julho de 2018, teve início de operações da controlada direta Positivo Distribuidora de Equipamentos Ltda., com sede na cidade de Curitiba-PR. A controlada tem como atividade principal a distribuição de bens e equipamentos de informática, eletroeletrônicos, equipamentos de telefonia e comunicação.

(d) Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participações em Empresas Emergentes.

Fundo de investimento que tem como objetivo principal a aquisição de participação em outras empresas. Em 2020, a Positivo Tecnologia S.A. efetuou aportes adicionais de capital nessa investida que totalizaram o montante de R\$ 13.990.

(e) Boreo Indústria de Componentes Ltda.

A controlada tem sede na cidade Manaus – AM, tem como atividade preponderante a fabricação de componentes eletrônicos.

(f) ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em 31 de dezembro de 2018, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital social da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. que tem como atividades principais a produção e comercialização de *storages*, servidores e computadores.

12. COLIGADAS E OUTROS INVESTIMENTOS

COLIGADAS

<u>Coligada</u>	<u>Controladora</u>			<u>Saldo em 31/12/2020</u>
	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Ganho na dissolução de ações</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	
Hi Technologies Holding Ltd (a)	5.798	6.912	5.291	18.001
	5.798	6.912	5.291	18.001

<u>Coligada</u>	<u>Consolidado</u>				
	<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Aporte de Capital</u>	<u>Ganho na dissolução de ações</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Hi Technologies Holding Ltd (a)	5.798	9.000	6.912	6.444	28.154
	5.798	9.000	6.912	6.444	28.154

A participação em coligadas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 3.2 (c).

(a) Hi Technologies Holding Ltd.

Em 27 de janeiro de 2020 a controlada direta Positivo Tecnologia Fundo de Investimento em Participação em Empresas Emergentes (F.I.P.) aportou o montante de R\$ 9.000 na Hi Technologies Holding Ltd, passando a deter 5,01% de participação.

Em 2020 investidores efetuaram aporte de capital nessa investida no montante de R\$ 29.743, passando a Companhia a deter 23,0% de participação no investimento (30,07% em 31 de dezembro de 2019), 28,01% no consolidado. Com as mudanças ocorridas a Companhia obteve um ganho na participação do investimento no montante de R\$ 6.912.

OUTROS INVESTIMENTOS

Investimentos da Positivo Tecnologia Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P.):

<u>Outros investimentos</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Saldo em 31/12/2019</u>	<u>Aporte de Capital</u>	<u>Valor justo</u>	<u>Saldo em 31/12/2020</u>
Tech Inovações Tecnológ. para a Agrop. S.A.	(a)	10.416	-	(139)	10.277
Agrosmart S.A.	(b)	11.103	-	620	11.723
Ambar Living S.A.	(c)	-	1.000	-	1.000
Business Global Consult. Em Agroneg. Ltda	(d)	-	1.000	-	1.000
Pharmalog S.A.	(e)	-	1.000	-	1.000
		21.519	3.000	481	25.000

A participação nesses investimentos está demonstrada na nota 3.2 (d).

(a) Tech Inovações Tecnológicas para a Agropecuária. S.A. (@Tech)

Empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de suporte à agropecuária de corte.

(b) Agrosmart S.A.

Empresa que atua na prestação de serviços tecnológicos por meio de uma plataforma de agricultura digital.

(c) Ambar Living S.A.

Em 2020 o F.I.P. realizou aportes que totalizaram R\$ 1.000 nessa empresa que desenvolve e fornece soluções inteligentes em tecnologia para otimizar todos os estágios de construção de uma obra.

(d) Business Global Consultoria em Agronegócio Ltda.

Em 2020 o F.I.P. realizou aportes que totalizaram R\$ 1.000 nessa empresa que desenvolve e fornece soluções para controle de fertilização do solo, permitindo ao usuário realizar as configurações do sistema de fertilização, monitorar e controlar a dosagem de insumos.

(e) Pharmalog S.A.

Em 30 de dezembro de 2020 o F.I.P. realizou um aporte no montante de R\$ 1.000 nessa empresa que desenvolve e fornece soluções em monitoramento de transporte para medicamentos termolábeis (sensíveis a ação da temperatura).

13. INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")

a) Controladora

	Saldo em 31/12/2019	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perda em investimentos			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(459)	2	(457)
	(459)	2	(457)

b) Consolidado

	Saldo em 31/12/2019	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos	Saldo em 31/12/2020
Empreendimento controlado em conjunto					
PBG Rwanda Limited	(a) 4.674	(2.918)	1.364	-	3.120
PBG Uruguay S.A.	(b) 41.442	(2.404)	12.808	(16.428)	35.418
	46.116	(5.322)	14.172	(16.428)	38.538

	Saldo em 31/12/2019	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2020
Provisão para perda em investimentos			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	(459)	2	(457)
	(459)	2	(457)

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 3.2 (b).

(a) PBG Rwanda Limited

Com sede em Ruanda, foi constituída em parceria com o Grupo BGH. Tem como atividade preponderante a produção e venda de dispositivos educacionais, equipamentos de informática sob a marca Positivo BGH. A moeda funcional da controlada em conjunto é o franco ruandês.

(b) PBG Uruguay S.A.

Com sede no Uruguai, foi constituída em parceria com o Grupo BGH, tem como moeda funcional o dólar dos Estados Unidos da América. A empresa promove a importação e exportação de componentes eletrônicos, equipamentos de informática, celulares e smartphones.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
31 de dezembro de 2020					
Informática Fuegoína S.A.	19.953	33.583	(13.630)	18.512	(6.767)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	154	611	(457)	-	2
PBG Rwanda Limited	15.239	12.119	3.120	13.312	(2.918)
PBG Uruguay S.A.	51.002	15.584	35.418	32.322	(2.404)
31 de dezembro de 2019					
Informática Fuegoína S.A.	13.317	18.310	(4.993)	17.897	(10.618)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	152	610	(458)	-	1
PBG Rwanda Limited	5.885	1.780	4.105	20.311	(481)
PBG Uruguay S.A.	71.796	16.526	55.270	75.971	8.144

14. IMOBILIZADO

Custo	Controladora						
	31/12/2018	Adições	Baixa	31/12/2019	Adições	Transferência	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	60.374	1.004	(26.044)	35.334	1.068	-	36.402
Benefitorias s/ imóvel locado	23.404	287	(5.676)	18.015	164	-	18.179
Hardware	39.424	1.391	(36.169)	4.646	2.518	802	7.966
Móveis e utensílios	8.358	61	(5.071)	3.348	207	-	3.555
Instalações industriais	32.208	784	(4.252)	28.740	3.179	-	31.919
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	-	2.000
Direito de uso	(a) -	45.312	-	45.312	5.984	-	51.296
Outros imobilizados	1.433	134	(81)	1.486	1	(1.165)	322
	167.201	48.973	(77.293)	138.881	13.121	(363)	151.639
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(51.411)	(2.543)	26.044	(27.910)	(1.792)	-	(29.702)
Benefitorias s/ imóvel locado	(15.865)	(1.739)	5.676	(11.928)	(1.620)	-	(13.548)
Hardware	(38.090)	(992)	36.169	(2.913)	(1.291)	363	(3.841)
Móveis e utensílios	(6.825)	(348)	5.071	(2.102)	(298)	-	(2.400)
Instalações industriais	(11.449)	(2.239)	4.252	(9.436)	(2.387)	-	(11.823)
Edificações	(467)	-	-	(467)	-	-	(467)
Direito de uso	(a) -	(7.552)	-	(7.552)	(8.675)	-	(16.227)
Outros imobilizados	(111)	(5)	81	(35)	(6)	-	(41)
	(124.218)	(15.418)	77.293	(62.343)	(16.069)	363	(78.049)
Valor líquido	42.983	33.555	-	76.538	(2.948)	-	73.590

Custo	Consolidado						
	31/12/2018	Adições	Transf/Baixa	31/12/2019	Adições	Transferência	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	60.799	1.969	(26.044)	36.724	2.918	-	39.642
Benfeitorias s/ imóvel locado	24.366	489	(5.676)	19.179	249	-	19.428
Hardware	39.535	1.505	(36.169)	4.871	2.519	802	8.192
Móveis e utensílios	8.707	60	(5.071)	3.696	253	-	3.949
Instalações industriais	39.685	921	(4.252)	36.354	3.246	-	39.600
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	-	2.000
Direito de uso (a)	-	50.033	-	50.033	6.413	-	56.446
Outros imobilizados	1.433	134	(81)	1.486	1	(1.165)	322
	<u>176.525</u>	<u>55.111</u>	<u>(77.293)</u>	<u>154.343</u>	<u>15.599</u>	<u>(363)</u>	<u>169.579</u>
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(51.557)	(2.572)	26.044	(28.085)	(1.944)	-	(30.029)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(16.074)	(1.826)	5.676	(12.224)	(1.733)	-	(13.957)
Hardware	(38.100)	(1.022)	36.169	(2.953)	(1.347)	363	(3.937)
Móveis e utensílios	(6.943)	(375)	5.071	(2.247)	(329)	-	(2.576)
Instalações industriais	(12.527)	(2.999)	4.252	(11.274)	(3.152)	-	(14.426)
Edificações	(467)	-	-	(467)	-	-	(467)
Direito de uso (a)	-	(8.339)	-	(8.339)	(9.509)	-	(17.848)
Outros imobilizados	(111)	(6)	81	(36)	(5)	-	(41)
	<u>(125.779)</u>	<u>(17.139)</u>	<u>77.293</u>	<u>(65.625)</u>	<u>(18.019)</u>	<u>363</u>	<u>(83.281)</u>
Valor líquido	<u>50.746</u>	<u>37.972</u>	<u>-</u>	<u>88.718</u>	<u>(2.420)</u>	<u>-</u>	<u>86.298</u>

Durante o exercício de 2019 a Companhia realizou a baixa de bens totalmente depreciados.

Nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

a) Direito de uso

A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo:

	Saldo Inicial	Adições	Depreciação	Saldo final
Controladora	37.760	5.984	(8.675)	35.069
Consolidado	41.694	6.413	(9.509)	38.598

A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

	Saldo Inicial	Adições	Pgto. Principal	Pagto. de juros	Juros incorridos	Saldo final
Controladora	39.063	5.984	(7.674)	(3.033)	3.033	37.373
Consolidado	43.133	6.413	(8.415)	(3.322)	3.322	41.131

Conforme orientações da CVM, em seu OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 1/2020, Companhia que optar por reportar os impactos da norma IFRS 16 / CPC06(R2) em suas demonstrações financeiras de forma diferente daquela recomendada pelas áreas técnicas da CVM (fluxo nominal x taxa de desconto nominal), deverá apresentar os inputs mínimos para que os usuários das demonstrações financeiras possam chegar a estas informações. A Companhia desta maneira optou por divulgar estes inputs mínimos para que os usuários possam chegar a informação. Os inputs são:

- Taxa de desconto nominal aplicada – 7,54% a.a.
- Componente de inflação a ser utilizado na projeção dos fluxos (IPCA) – 4,52% a.a.

O Cronograma de amortização dos saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:

amortizados.

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infraestrutura, viagens, e outros correlatos, sendo que tais dispêndios estão segregados entre adições no ativo intangível, despesa no resultado do período. Tais dispêndios decorrem do cumprimento das Leis nº 8.248/1991 e 13.969/2019 mencionados na nota nº. 8.

A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em até 4 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos, e é contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos e despesas operacionais.

(b) Ágio e Mais Valia

Ágio - Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. (anteriormente denominada Positivo Informática da Bahia Ltda.) formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 12,13% ao ano.

Ágio e Mais Valia - ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda.

Em dezembro 2018 a controlada Positivo Smart Ltda. adquiriu 80% da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. A melhor estimativa de preço de compra, baseada na expectativa de resultados futuros da adquirida é de R\$ 44.193. Na operação foi gerado um ágio fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente a ativos intangíveis da investida no valor de R\$ 28.936 e R\$ 19.403 respectivamente. A taxa de desconto utilizada para mensuração dos fluxos de caixa resultantes da aquisição foi de 12,10% ao ano.

A Companhia revisou as taxas de desconto utilizadas para a mensuração dos fluxos de caixa resultantes das aquisições, bem como avaliou a recuperabilidade dos ágios registrados nas aquisições dos investimentos e não identificou a necessidade de registro de perdas por redução ao valor recuperável desses ativos (*impairment*) nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

16. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Fornecedores - mercado externo	264.619	112.675	327.698	154.467
Fornecedores - mercado interno	153.447	123.937	167.799	143.046
Fornecedores convênio (nacionais)	(a) 40.164	52.979	40.164	52.979
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	(b) 30.672	34.554	30.747	34.555
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(3.939)	(963)	(4.198)	(1.083)
	484.963	323.182	562.210	383.964

O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 108 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de

caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

- a) Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui o saldo de R\$ 40.164 (R\$ 52.979 em 31 de dezembro de 2019) referente a operações estruturadas com seus fornecedores denominadas "forfaiting". A Companhia mantém acordos com determinadas instituições financeiras que permitem o financiamento da sua cadeia de suprimentos. Pelos termos estabelecidos com as instituições, seus fornecedores podem optar por receber o pagamento de suas faturas de forma antecipada através do agente financeiro. Nos termos do acordo, a instituição financeira concorda em pagar os valores devidos a um fornecedor participante antecipadamente e recebe a liquidação da duplicata por parte da Companhia em uma data posterior. O principal objetivo desse programa é o de facilitar o processamento de pagamentos e permitir que os fornecedores dispostos vendam seus recebíveis devidos pela Companhia a um banco antes da data de vencimento. Na avaliação da Administração da Companhia os acordos não estendem significativamente as condições de pagamento além dos termos normais acordados com outros fornecedores que não antecipam seus títulos. Não há incidência de juros adicionais para a Companhia sobre os valores devidos aos fornecedores.

A Companhia não desreconheceu os passivos aos quais o acordo se aplica, pois não houve uma baixa legal e nem o passivo original foi substancialmente modificado ao fornecedor entrar no acordo. Os montantes antecipados por parte dos fornecedores continuam sendo registrados pela Companhia contas a pagar, porque a natureza e a função do passivo financeiro permanecem os mesmos de outras contas a pagar.

Os pagamentos efetuados ao banco quando do vencimento original dos títulos são incluídos nos fluxos de caixa operacionais porque continuam a fazer parte do ciclo operacional da Companhia e sua natureza principal permanece sendo pagamentos por compra de insumo.

- b) Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de softwares da Microsoft Corporation. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Ao custo amortizado	Taxa média	Taxa swap	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro	31 de dezembro
Passivo Circulante	contratual (a.a.)	média em % CDI			de 2020	de 2019	de 2020	de 2019
Capital de Giro	0,16+VC	145,00%	13/01/2020	Nota promissória	-	40.635	-	40.635
Capital de Giro	1,41+VC	136,15%	17/07/2020	Nota promissória	-	49.232	-	49.232
Capital de Giro	1,46+VC	130,00%	21/08/2020	Nota promissória	-	40.526	-	40.526
Capital de Giro	1,85+VC	147,00%	31/08/2020	Nota promissória	-	19.741	-	19.741
Capital de Giro	1,53+VC	140,00%	20/08/2020	Nota promissória	-	12.476	-	12.476
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	12/11/2020	Nota promissória	-	164.535	-	164.535
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	18/02/2020	Nota promissória	-	9.731	-	9.731
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	20/05/2020	Nota promissória	-	9.731	-	9.731
Capital de Giro	4,48+VC	152,45%	20/08/2020	Nota promissória	-	9.732	-	9.732
Capital de Giro	4,26+VC	156,94%	27/11/2020	Nota promissória	-	16.172	-	16.172
Capital de Giro	4,69+VC	155,10%	30/11/2020	Nota promissória	-	14.501	-	14.501
Capital de Giro	4,05+VC	181,82%	17/12/2020	Nota promissória	-	40.312	-	40.312
Capital de Giro	0,40+VC	158,64%	13/07/2020	Nota promissória	-	-	-	-
Capital de Giro	1,80+VC	162,50%	27/01/2021	Nota promissória	28.197	-	28.197	-
Capital de Giro	2,66 + CDI	-	Até 29/03/2022	Nota promissória	4.943	5.132	4.943	5.132
Capital de Giro	135%CDI	-	Até 20/08/2021	Nota promissória	6.671	10.023	6.671	10.023
Capital de Giro	3,90%+CDI	-	11/01/2021	Nota promissória	181.093	-	181.093	-
Capital de Giro	27,0% CDI	-	Até 15/01/2022	Nota promissória	81.091	-	81.091	-
Capital de Giro	230,8% CDI	-	Até 02/07/2022	Nota promissória	46.079	-	46.079	-
Capital de Giro	3,25%+CDI	-	23/08/2021	Nota promissória	20.352	-	20.352	-
Capital de Giro	4,91+CDI	-	Até 20/10/2025	Nota promissória	433	-	433	-
Capital de Giro	4,78%+CDI	-	Até 23/10/2023	Nota promissória	2.683	-	2.683	-
Capital de Giro	4,65%+CDI	-	Até 16/11/2023	Nota promissória	4.715	-	4.715	-
Capital de Giro	4,50%+CDI	-	Até 26/05/2022	Nota promissória	7.279	-	7.279	-
Capital de Giro	2,60%+CDI	-	Até 14/02/2022	Nota promissória	9	-	9	-
Capital de Giro	4,50%+CDI	-	Até 16/11/2023	Nota promissória	-	-	2.672	-
Capital de Giro	145,00%CDI	-	28/01/2020	Nota promissória	-	25.782	-	25.782
Capital de Giro	143,80%CDI	-	14/02/2020	Nota promissória	-	35.992	-	35.992
Capital de Giro	0,75+VC	134,50%	04/05/2020	Nota promissória	-	-	-	4.052
Capital de Giro	0,75+VC	155,00%	20/01/2020	Nota promissória	-	-	-	2.085
Capital de Giro	6,67	-	17/01/2020	Duplicatas a receber	-	-	-	42.091
Capital de Giro	5,96%	-	Até 26/11/2023	Nota promissória	-	-	21.403	-
FINEP (a)	5%+TR	-	Até 15/06/2025	Carta fiança	9.748	9.969	9.748	9.969
FINEP (a)	3,00+TR	-	Até 15/12/2028	Carta fiança	289	-	289	-
FINEP (a)	10,50+TR	-	Até 15/12/2028	Carta fiança	898	-	898	-
BNDES	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta Fiança	7.980	12.189	7.980	12.189
FINIMP	3,00%+VC	143,00%	28/08/2020	Nota promissória	-	18.723	-	18.723
FINIMP	4,30%+VC	145,90%	25/11/2020	Nota promissória	-	8.366	-	8.366
FINIMP	2,72%+VC	145,90%	24/05/2021	Nota promissória	10.780	-	10.780	-
FINIMP	1,89 + VC	331,72%	24/02/2021	Nota promissória	24.058	-	24.058	-
					437.298	553.500	461.373	601.728
Passivo não circulante								
BNDES	TJLP + 3%	-	Até 15/12/2021	Carta fiança	7.563	11.853	7.563	11.853
Capital de Giro	2,66 + CDI	-	Até 29/03/2022	Nota promissória	1.060	5.231	1.060	5.231
Capital de Giro	135%CDI	135%	20/08/2021	Nota promissória	-	6.667	-	6.667
Capital de Giro	27,0% CDI	-	Até 15/01/2022	Nota promissória	39.867	-	39.867	-
Capital de Giro	230,8% CDI	-	Até 02/07/2022	Nota promissória	29.167	-	29.167	-
Capital de Giro	4,91+CDI	-	Até 20/10/2025	Nota promissória	9.583	-	9.583	-
Capital de Giro	4,78%+CDI	-	Até 23/10/2023	Nota promissória	7.333	-	7.333	-
Capital de Giro	4,65%+CDI	-	Até 16/11/2023	Nota promissória	15.334	-	15.334	-
Capital de Giro	4,50%+CDI	-	Até 26/05/2022	Nota promissória	2.727	-	2.727	-
Capital de Giro	2,60%+CDI	-	Até 14/02/2022	Nota promissória	50.000	-	50.000	-
Capital de Giro	4,50%+CDI	-	Até 16/11/2023	Nota promissória	-	-	7.333	-
FINEP (a)	3,00+TR	-	Até 15/12/2028	Carta fiança	21.851	11.751	21.851	11.751
FINEP (a)	10,50+TR	-	15/12/2028	Carta fiança	62.238	33.317	62.238	33.317
FINEP (a)	5,00+TR	-	15/06/2025	Carta fiança	32.338	41.577	32.338	41.577
Capital de Giro	5,96%	-	Até 26/11/2023	Nota promissória	-	-	15.167	-
					279.061	110.396	301.561	110.396
Total de empréstimos e financiamentos					716.359	663.896	762.934	712.124

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros e não financeiros.

Os instrumentos financeiros contratados para cobertura da variação cambial dos empréstimos em moeda estrangeira estão apresentados na nota 32.

(a) FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP um contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos serão aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Os valores serão captados em parcelas até o final do exercício de 2021. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram captados R\$ 85.090 referentes a essa linha de crédito.

A movimentação dos financiamentos e empréstimos é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	663.896	610.235	712.124	610.235
Captações	651.535	681.665	698.105	727.649
Juros	55.822	65.537	58.474	67.950
Varição/Cobertura cambial	(10.227)	(16.812)	(10.227)	(16.812)
Amortização do principal	(609.365)	(616.552)	(658.452)	(616.552)
Pagamento de juros	(35.302)	(60.177)	(37.090)	(60.346)
Saldo final	716.359	663.896	762.934	712.124

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

31 de dezembro de 2020		
Ano	Controladora	Consolidado
2022	158.310	174.086
2023	40.538	47.262
2024	25.247	25.247
2025	19.350	19.350
2026	12.442	12.442
Acima de 2026	23.174	23.174
Total	279.061	301.561

18. PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	44.942	43.254	49.974	46.568
Provisão para VPC	(b)	14.532	11.702	15.025	11.774
Provisão para comissões	(c)	16.756	8.688	20.568	10.152
Provisão para rebate	(d)	20.082	2.205	20.082	2.154
Provisão para royalties	(e)	2.282	3.047	2.516	3.197
Provisão para investimento em P&D	(f)	19.122	5.053	21.277	9.057
Outras provisões		6.427	2.158	11.920	3.461
		124.143	76.107	141.362	86.363
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	19.306	19.322	19.306	19.322
		143.449	95.429	160.668	105.685

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

e) Provisão para royalties

Os valores provisionados como royalties são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

f) Provisão para investimento em P&D

Para usufruir de determinados benefícios fiscais a Companhia deve investir parte de seu faturamento de bens e serviços de informática incentivados em projetos de pesquisa e desenvolvimento. A Companhia reconhece os benefícios fiscais no momento da venda, em contrapartida reconhece a obrigação gerada.

19. RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento que será apropriada ao resultado dos próximos exercícios, conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de receita diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no Pronunciamento Técnico CPC 7 e divulgada na Nota 15.a.

20. OUTRAS CONTAS A PAGAR

		Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamento de clientes	(a)	14.140	-	18.441	2.038
Receita antecipada	(b)	1.275	1.863	1.349	1.971
Contas a pagar por aquisição de controlada	(c)	-	-	36.808	42.139
Recuperação Fiscal de Curitiba (REFIC)	(d)	18.227	-	18.227	-
Contas a pagar		<u>12.614</u>	<u>4.169</u>	<u>13.629</u>	<u>5.296</u>
		46.256	6.032	88.454	51.444
Circulante		45.569	4.757	59.942	22.309
Não Circulante		687	1.275	28.512	29.135

- a) Representa os valores recebidos de clientes a título de adiantamento. As mercadorias objetos desses adiantamentos serão entregues em meses posteriores, onde haverá o reconhecimento da respectiva receita.
- b) A Companhia celebrou um contrato com uma instituição financeira garantindo exclusividade no que diz respeito ao processamento da folha de pagamento, ações de publicidade de produtos e serviços bancários, instalação e manutenção de estruturas de atendimento. A Companhia recebeu o valor pactuado à vista,

e a receita será apropriada ao resultado de acordo com a vigência do contrato.

- c) Representa os valores a pagar pela controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda. aos sócios não controladores da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. na aquisição de 80% das quotas dessa investida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi pago o montante de R\$ 5.331 referente a primeira parcela. O contas a pagar possui o seguinte cronograma de liquidação:

Consolidado	
Ano	Valor R\$
2021	9.022
2022	8.021
2023	6.689
2024	6.535
2025	6.541
	36.808

- d) Em 07 de dezembro de 2020 foi editada a Lei Complementar nº 125/2020 que instituiu o programa de Recuperação Fiscal do Município de Curitiba (REFIC). Dado o entendimento adotado pelo STF nas ADIs nº 5.659 e 1.945 quanto à tributação do ISS, com fundamento na avaliação de risco de seus assessores jurídicos internos e externos, a Companhia incluiu os débitos objeto de processos administrativos e judiciais relativos ao período compreendido entre 1998 e 2015 no REFIC, na modalidade de pagamento a vista, com redução de 100% de juros e multa.

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 31 de dezembro de 2020 apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	21.844	21.275	23.555	22.402
Estoques obsoletos	24.739	17.965	26.711	18.618
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	13.569	11.965	13.569	11.965
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	17.804	14.073	17.898	14.073
Provisão para comissões	5.697	2.954	6.993	3.452
Provisão para VPC e rebate	11.769	4.729	11.937	4.735
Provisão para investimento em P&D	6.501	1.880	7.234	1.880
Ajuste a valor presente	549	(248)	617	(248)
Projetos de desenvolvimento de produtos	(11.994)	(14.901)	(12.730)	(14.901)
Mais valia na aquisição de investimentos	-	-	(4.082)	(4.894)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	342.809	391.133	342.809	390.780
Diferido não contabilizado	(433.287)	(389.285)	(433.912)	(387.566)
	-	61.540	599	60.296

Com base nos estudos técnicos relacionados aos lucros tributáveis futuros, a Companhia constituiu provisão para baixa de R\$ 55.265, correspondente à parcela de ativo fiscal diferido de prejuízo fiscal.

Tal ajuste decorre da alteração de procedimento da Companhia no que concerne à tributação das subvenções tratadas na Lei nº 12.973/2014.

Com o advento da Solução de Consulta nº 145/2020, que tornou clara a interpretação da Receita Federal do Brasil quanto à tributação da subvenção prevista no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, com alteração promovida pela Lei Complementar nº 160/2017, e com fundamento na opinião legal dos seus assessores jurídicos, a Companhia adotou o procedimento de exclusão da subvenção para investimento decorrente dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, o que implicará redução da base de cálculo das receitas submetidas à incidência dos tributos em comento.

Referido procedimento impõe à Companhia a constituição de Reserva de Lucros sobre a subvenção para investimento, sendo autorizada a sua utilização para aumento de capital ou absorção de prejuízo.

A legislação vigente não estabelece prazo prescricional para a compensação dos prejuízos, estando apenas limitada a 30% do lucro tributável anual, razão pela qual a Companhia manterá o monitoramento das receitas tributáveis, e, a qualquer tempo mediante estimativas de realização de lucros tributáveis, os valores provisionados para baixa poderão ser revertidos em seu favor.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	266.870	22.592	272.389	28.280
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(90.736)	(7.681)	(92.612)	(9.615)
Exclusão equivalência patrimonial	8.005	6.334	382	(696)
Provisões e demais (adições) exclusões a base de cálculo	44.671	2.241	44.671	2.241
Arrendamento mercantil	(340)	(443)	(372)	(710)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(49.116)	(8.970)	(40.233)	(1.038)
IRPJ/CSLL apurados	(87.516)	(8.519)	(88.164)	(9.818)
Gastos com pesquisa e inovação tecn. Lei 11.196/05	11.617	2.386	11.617	2.386
Despesa contabilizada	(75.899)	(6.133)	(76.547)	(7.432)
Imposto de Renda e contribuição social correntes	(14.359)	(4.263)	(15.139)	(7.266)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(61.540)	(1.870)	(61.408)	(166)
	(75.899)	(6.133)	(76.547)	(7.432)
Alíquota efetiva dos impostos	28,44%	27,15%	28,10%	26,28%

- (i) A Companhia usufrui de benefício fiscal instituído pela Lei 11.196/05 que permite a dedução diretamente na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social do valor correspondente a 60% do total dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica, observadas as regras estabelecidas na referida lei.

22. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

Controladora e Consolidado				
Natureza	31/12/2019	Provisões	Reversão	31/12/2020
Cível	7.164	3.678	(2.928)	7.914
Tributária	10.546	8.154	(5.471)	13.229
Trabalhista	17.482	6.060	(4.776)	18.766
Total	35.192	17.892	(13.175)	39.909
Circulante	4.592			5.412
Não Circulante	30.600			34.497

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Tributárias		
Impostos e contribuições (a)	300.032	323.078
Trabalhista		
Empregados (b)	1.371	1.892
Cíveis		
Órgão Público e Empresas Privadas (c)	81.765	78.927
Consumidor (c)	1.852	3.824
	385.020	407.721

(a) Impostos e contribuições (principais valores totalizam R\$ 254.160):

- (i) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da discussão sobre diferença de alíquota na importação de placas de captura de sinal de TV, placas de vídeo.
- (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e

Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.

- (iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCMs das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iv) PIS e COFINS – Processo fiscal discutindo a glosa de créditos extemporâneos de PIS e COFINS apropriados pela Companhia sobre gastos com comissão, propaganda e assistência técnica.
- (v) IRPJ – Ação Anulatória, com pedido de tutela antecipada, para que seja reconhecida a inexistência do débito de IRPJ e a existência do direito creditório relativo ao saldo negativo de IRPJ acumulado.

(b) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas. Não há processos individualmente relevantes.

(c) Cíveis

- (i) Órgãos públicos (principais valores totalizam R\$ 73.680):

Estado de Pernambuco – Ação ordinária para a anulação do processo licitatório 046/2011 da Secretaria de Educação de Pernambuco.

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Ação Ordinária tendo por objeto evitar a inscrição no SICAF, CADIN e similares, suspender exigibilidade das multas e anular penalidades (atrasos de chamados técnicos).

Prefeitura de São Paulo – Processo judicial que tem por objeto suspender a exigibilidade de multa administrativa por suposto atraso na entrega de equipamentos de informática a contratante.

- (ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97. Não há processos individualmente relevantes.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020, líquido do gasto com emissão de ações é de R\$ 721.670 (R\$ 389.000 em 31 de dezembro de 2019).

O aumento de capital foi proveniente da emissão de 54.000.000 de novas ações ordinárias, ao preço unitário de R\$ 6,55, no montante de R\$ 353.700, dos quais foram abatidos os gastos necessários para a emissão das novas ações. O aumento do capital social e a emissão das novas ações foram aprovados pelo conselho de

administração em 30 de janeiro de 2020.

A composição do capital social, bem como a distribuição das ações após a operação é conforme segue:

	Capital social	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Capital Social	742.700	389.000
Gasto com emissão de ações	(21.030)	-
	721.670	389.000

	Quantidade de ações (unidades)	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Acionistas		
Controladores	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	2.500	141.756
Ações em tesouraria	1.402.408	1.193.208
Ações em circulação	78.301.998	24.371.942
	141.800.000	87.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 04 de outubro de 2019, a Companhia ainda está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 71.000.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Controladores diretos		
Hélio Bruck Rotenberg	13.418.619	13.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	3.806.207	3.806.207
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	3.806.206	3.806.206
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	3.806.206	3.806.206
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.540	4.139.540
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
	62.093.094	62.093.094

(b) Reserva de capital - Incentivos fiscais e Opções

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Reservas de Subvenção para investimentos (i)	118.132	118.305
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i> (ii)	1.279	985
	119.411	119.290

(i) Reservas de subvenção para investimentos

Refere-se aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07,

estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de reservas de lucros.

Essa reserva de capital poderá ser utilizada para incorporação de capital e/ou absorção de prejuízos desde que o saldo não ultrapasse o valor das reservas de lucros.

(ii) Opção de compra concedida pelo plano de compra de ações para os empregados

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 33.

(c) Reserva de lucros

	Controladora Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais (i)	201.035	68.606
Reserva legal (ii)	10.198	81
	211.233	68.687

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não exceda 30% do capital social, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% do capital social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi incorporado o montante de R\$ 10.117 a reserva legal.

(d) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 48.055 de dividendos que serão pagos até o final do exercício de 2021. O Valor corresponde ao dividendo mínimo obrigatório garantido estatutariamente de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício após a dedução do valor destinado a reserva legal descrita na nota 23(c).

(e) Apropriação do lucro

Do lucro líquido do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados. Sobre o lucro remanescente, será calculada a participação estatutária dos administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no artigo 152, § 1º da Lei nº 6.404/76, e a reserva legal de 5%, que não excederá 20% do capital social.

(f) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 1.402.408 de ações em tesouraria (1.193.208 em 31 de dezembro de 2019), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 9,50, no total de R\$ 13.325, em 31 de dezembro de 2020 (em 31 de dezembro de 2019, com base nas ações em tesouraria remanescente o valor total da aquisição era de R\$ 12.501).

(g) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior e o resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do exercício se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de hedge, conforme nota 32(b).

24. RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita bruta da venda de produtos	2.251.952	1.896.458	2.481.962	2.160.829
Receita bruta de serviços prestados	75.488	65.016	103.478	66.858
Receita Bruta Total:	2.327.440	1.961.474	2.585.440	2.227.687
Menos:				
Impostos sobre vendas	(430.110)	(335.984)	(492.296)	(389.830)
Subvenção para investimento	225.522	190.101	226.757	212.036
Devoluções e abatimentos	(66.319)	(81.992)	(62.769)	(85.298)
Verba de propaganda cooperada e rebate (a)	(64.910)	(49.346)	(64.959)	(49.287)
Receita líquida	1.991.623	1.684.253	2.192.173	1.915.308

a) Verba de propaganda cooperada (VPC) e Rebate.

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

Os valores provisionados como rebate são calculados com base em percentuais

históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

25. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	(1.559.017)	(1.209.604)	(1.669.707)	(1.363.449)
Despesas com pessoal	(141.344)	(133.798)	(160.301)	(151.291)
Despesas gerais	(39.883)	(35.030)	(45.744)	(43.633)
Despesa com serviços com terceiros	(63.553)	(50.213)	(72.752)	(57.005)
Despesa com comissões	(32.701)	(25.751)	(42.105)	(33.588)
Depreciação e amortização	(40.906)	(35.950)	(46.102)	(44.334)
Outras despesas operacionais líquidas	(104.725)	(123.126)	(100.060)	(127.001)
	(1.982.129)	(1.613.472)	(2.136.771)	(1.820.301)
Custo dos produtos vendidos	(1.609.151)	(1.259.221)	(1.743.427)	(1.435.200)
Despesas com vendas	(286.809)	(249.952)	(310.653)	(273.006)
Despesas gerais e administrativas	(86.169)	(104.299)	(82.691)	(112.095)
	(1.982.129)	(1.613.472)	(2.136.771)	(1.820.301)

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo, vendas a entidades governamentais e vendas de servidores. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

Receita e resultados dos principais segmentos:

	Consolidado							
	31 de dezembro de 2020				31 de dezembro de 2019			
	Varejo	Instituições públicas	Servidores	Segmentos reportáveis	Varejo	Instituições públicas	Servidores	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	1.176.139	472.770	239.957	1.888.866	904.846	478.780	190.993	1.574.619
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(909.688)	(422.972)	(196.726)	(1.529.386)	(687.098)	(370.837)	(141.502)	(1.199.437)
Lucro bruto	266.451	49.798	43.231	359.480	217.748	107.943	49.491	375.182
Despesas operacionais	(197.854)	(80.443)	(21.854)	(300.151)	(180.415)	(94.613)	(18.407)	(293.435)
Resultado antes do resultado financeiro	68.597	(30.645)	21.377	59.330	37.333	13.330	31.084	81.747
Resultado financeiro líquido	(39.746)	20.152	5.188	(14.406)	(26.977)	(31.172)	(2.669)	(60.818)
Lucro (Prejuízo) antes dos efeitos tributários	28.851	(10.493)	26.565	44.924	10.356	(17.842)	28.415	20.929
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	(634)	(634)	(1.912)	(540)	(3.164)	(5.616)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	28.851	(10.493)	25.931	44.290	8.444	(48.382)	25.251	15.313

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita líquida de vendas		
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.888.866	1.574.619
Receita líquida de outras atividades operacionais	303.307	340.689
	2.192.173	1.915.308

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Lucro líquido do exercício		
Lucro líquido do exercício dos segmentos reportáveis	44.290	15.313
Lucro líquido do exercício das outras atividades operacionais	151.552	5.535
	195.842	20.848

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro ou prejuízo do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas, nos segmentos reportáveis não são inclusos o ganho ou perda em equivalências patrimoniais, bem como outras receitas e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Produtos		
Notebooks	1.015.669	684.126
Desktops	378.960	476.702
Tablets	77.541	14.885
Telefones Celulares	287.830	398.960
Servidores e <i>Storages</i>	239.957	190.993
Outros	192.216	149.642
	2.192.173	1.915.308

(b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 45.977 de vendas no mercado externo (R\$ 39.611 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes

Cinco clientes da Companhia foram responsáveis por mais de 35% da receita líquida total no exercício 2020 (35% em 2019).

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	17.195	15.320	19.558	16.666
Rendimento aplicação financeira	8.313	10.061	9.093	10.476
Outras receitas financeiras	30.989	4.273	31.105	5.164
	56.497	29.654	59.756	32.306
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(55.822)	(65.537)	(58.474)	(68.393)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(13.081)	(14.313)	(16.409)	(16.323)
Imposto sobre operações financeiras	(1.160)	(1.076)	(1.165)	(1.086)
Multas contratuais	(2.651)	(2.875)	(2.651)	(2.875)
Outras despesas financeiras	(19.661)	(17.847)	(21.877)	(19.304)
	(92.375)	(101.648)	(100.576)	(107.981)
Total das receitas e despesas financeiras	(35.878)	(71.994)	(40.820)	(75.675)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	96.775	24.997	96.775	24.997
Perda na cobertura cambial	(27.508)	(14.747)	(27.508)	(14.747)
Ganho na variação cambial	63.570	17.318	100.803	21.545
Perda na variação cambial	(83.942)	(19.668)	(134.537)	(26.695)
	48.895	7.900	35.533	5.100
Resultado financeiro, líquido	13.017	(64.094)	(5.287)	(70.575)

Abaixo demonstramos o efeito caixa da variação cambial ao longo do ano de 2020 consolidado:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
NDF / Opções		
(+) Saldo inicial	(4.654)	2.740
(+) (Perda)/Ganho reconhecido no resultado	69.267	10.250
(-) Saldo final	(8.727)	(4.654)
(=) Efeito caixa (Redução)/Aumento	73.340	17.644
Variação Cambial fornecedores		
(+) Saldo inicial	5.840	306
(+) Ganho (Perda) reconhecida no resultado	(33.734)	(5.150)
(-) Saldo final	12.948	5.840
(=) Efeito caixa - (Redução)/Ganho	(40.842)	(10.684)
(Perda) Ganho líquido reconhecido	35.533	5.100
Efeito líquido no caixa - (Redução)/Aumento	32.498	6.960

28. SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 31 de dezembro de 2020, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, é resumida a seguir:

Ramo	Cobertura por eventos	Limite de garantia	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais, Estoques e Lucros Cessantes	451.000	01/05/2020 a 01/05/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro de Crédito - Comercialização de equipamentos de informática	72.900	01/10/2019 a 30/09/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	4.516	06/06/2019 a 06/06/2022
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	10.458	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	13.198	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	114	13/01/2016 a 12/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	677	07/08/2018 a 07/08/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	2.193	25/08/2020 a 29/06/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	9.783	11/12/2019 a 11/12/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	8.246	14/06/2020 a 15/06/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	65.332	22/04/2020 a 07/04/2025
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	27.873	07/05/2020 a 16/04/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	5.553	16/04/2020 a 16/04/2023
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	64.568	13/07/2020 a 13/07/2023
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil dos Administradores e riscos ambientais	300.000	30/10/2020 a 30/10/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	Seguro garantia setor público - prestação de serviços	12.052	03/11/2020 a 03/02/2024
Responsabilidade Civil	Responsabilidade para Administradores para oferta pública de Valores Mobiliários	77.951	20/01/2020 a 20/01/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais	420	17/04/2020 a 17/04/2021
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais	70.200	19/06/2020 a 19/06/2021

29. LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Básico		
Numerador básico		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	190.971	16.459
Denominador básico		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	136.178	86.423
Lucro por ação - Básico	1,4024	0,1904
Diluído		
Numerador diluído		
Lucro líquido alocado para ações ordinárias	190.971	16.459
Denominador diluído		
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	136.359	86.472
Lucro por ação - Diluído	1,4005	0,1903

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, como segue:

	Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Básico		
Número médio ponderado de ações da Companhia	137.445	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.267)	(1.377)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	136.178	86.423
Diluído		
Número médio ponderado de de ações da Companhia	137.445	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(1.267)	(1.377)
Número médio ponderado de opções	181	49
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	136.359	86.472

30. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

30.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 16) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 17).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nas cotações futuras. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.
- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

	31 de dezembro de 2020			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	1.759	9.140	2.771	14.402
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(55.178)	(286.746)	(67.128)	(348.843)
Empréstimos				
Dólares americanos	(6.704)	(34.838)	(6.704)	(34.838)
Euros (convertido para dólares americanos)	(5.426)	(28.197)	(5.426)	(28.197)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	6.704	34.838	6.704	34.838
Swap - Euros (convertido em dólares americanos)	5.426	28.197	5.426	28.197
NDF's - Dólares americanos	128.009	665.224	128.009	665.224
Exposição Líquida 1	74.590	387.618	63.652	330.783
Projetos de governo				
Dólares americanos	(33.517)	(174.178)	(33.517)	(174.178)
Exposição Líquida 2	41.073	213.440	30.135	156.605

	31 de dezembro de 2019			
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	890	3.588	1.202	4.843
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(36.527)	(147.229)	(46.896)	(189.022)
Empréstimos				
Dólares americanos	(71.893)	(289.778)	(71.893)	(289.778)
Euros (convertido em dólares americanos)	(40.845)	(164.635)	(42.368)	(170.772)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	71.893	289.778	71.893	289.778
Swap - Euros (convertido em dólares americanos)	40.845	164.635	42.368	170.772
NDF's - Dólares americanos	80.137	323.008	80.137	323.008
Exposição Líquida 1	44.500	179.367	34.443	138.829
Projetos de governo				
Dólares americanos	(9.797)	(39.489)	(9.797)	(39.489)
Exposição Líquida 2	34.703	139.878	24.646	99.340

Exposição Líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição Líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 17. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2020 e de 2019, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item "d" desta Nota.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como "instituições de primeira linha". As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de *rating* como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Ativos financeiros

	Controladora					Total R\$
	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	Acima de um ano R\$	
31 de dezembro de 2020						
Caixa e bancos		12.450	-	-	-	12.450
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,43	488.284	-	-	-	488.284
Instrumentos financeiros derivativos		4.474	-	-	-	4.474
Contas a receber de clientes	101,16	219.016	331.153	45.330	-	595.499
Partes relacionadas		14.490	-	52.143	-	66.633
		<u>738.714</u>	<u>331.153</u>	<u>97.473</u>	<u>-</u>	<u>1.167.340</u>
31 de dezembro de 2019						
Caixa e bancos		15.270	-	-	-	15.270
Aplicações financeiras a taxas de juros pós- fixadas	94,22	375.547	-	-	-	375.547
Contas a receber de clientes	101,66	205.308	16.442	26.100	69	247.919
Partes relacionadas		-	-	30.190	-	30.190
		<u>596.125</u>	<u>16.442</u>	<u>56.290</u>	<u>69</u>	<u>668.926</u>

Consolidado						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Acima de um ano	Total	
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	
31 de dezembro de 2020						
Caixa e bancos	53.446	-	-	-	53.446	
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	101,43	490.716	-	-	490.716	
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.474	-	-	4.474	
Contas a receber de clientes	101,16	245.494	448.154	59.422	753.070	
Partes relacionadas	-	-	-	20.410	20.410	
	<u>794.130</u>	<u>448.154</u>	<u>79.832</u>	<u>-</u>	<u>1.322.116</u>	
31 de dezembro de 2019						
Caixa e bancos	-	29.911	-	-	29.911	
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	94,22	430.803	-	-	430.803	
Contas a receber de clientes	101,66	211.718	60.952	29.181	70	301.921
Partes relacionadas	-	-	-	20.378	-	20.378
	<u>672.432</u>	<u>60.952</u>	<u>49.559</u>	<u>70</u>	<u>783.013</u>	

Passivos financeiros

Controladora						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	101,30	223.229	192.787	72.886	-	488.902
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	314,79	253.362	40.049	159.753	266.787	758.982
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.354	3.905	2.468	-	8.727
Partes relacionadas	-	-	7.477	-	-	7.477
Arrendamento Mercantil	191,48	911	1.823	8.203	32.321	43.258
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	687	687
	<u>479.856</u>	<u>246.041</u>	<u>243.310</u>	<u>299.795</u>	<u>39.031</u>	<u>1.308.033</u>
31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	101,73	158.716	108.882	56.547	-	324.145
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	159,08	70.045	52.980	437.598	95.591	689.328
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.545	13.039	-	14.584
Partes relacionadas	-	-	10.178	-	-	10.178
Arrendamento Mercantil	118,69	779	1.558	7.010	37.385	46.732
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	1.275	1.275
	<u>229.540</u>	<u>175.143</u>	<u>514.194</u>	<u>134.251</u>	<u>33.114</u>	<u>1.086.242</u>

Consolidado						
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2020						
Fornecedores	101,30	282.966	203.003	80.439	-	566.408
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	314,79	254.503	42.337	178.934	293.740	808.545
Instrumentos financeiros derivativos	-	2.354	3.905	2.468	-	8.727
Partes relacionadas	-	-	1.213	-	4.393	5.606
Arrendamento Mercantil	191,48	1.002	2.004	9.017	35.579	47.602
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	28.512	28.512
	<u>540.825</u>	<u>252.462</u>	<u>270.858</u>	<u>362.224</u>	<u>39.031</u>	<u>1.465.400</u>
31 de dezembro de 2019						
Fornecedores	101,73	189.129	133.270	62.648	-	385.047
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	159,08	114.221	52.980	441.650	95.591	737.556
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.545	13.039	-	14.584
Partes relacionadas	-	-	763	-	5.943	6.706
Arrendamento Mercantil	118,69	860	1.720	7.740	41.280	51.600
Outros passivos - não circulante	-	-	-	-	29.135	29.135
	<u>304.210</u>	<u>190.278</u>	<u>525.077</u>	<u>171.949</u>	<u>33.114</u>	<u>1.224.628</u>

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do exercício. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no exercício, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a

expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2020. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Consolidado						
	Saldo patrimonial		Provável	Cenários			
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020		25%	50%	-25%	-50%
Ativo/Passivo (R\$)	Nocional (USD)						
Instrumentos financeiros derivativos							
<i>Swap</i> de taxa de juros							
Empréstimos em moeda estrangeira							
US\$/EUR para R\$ (CDI)	4.474	12.130	(455)	(569)	(683)	(341)	(228)
Empréstimos							
Em US\$ / EUR	(63.035)	(12.130)					
Empréstimos							
Em CDI	(684.356)	n/a	(63.155)	(78.944)	(94.733)	(47.366)	(31.578)
Exposição líquida		-	(63.610)	(79.513)	(95.416)	(47.707)	(31.806)
Instrumentos financeiros derivativos							
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação							
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	(8.727)	128.009	(19.147)	144.613	308.363	(182.890)	(346.639)
Outros passivos financeiros							
Fornecedores moeda estrangeira							
US\$ para R\$	(348.843)	(67.128)	15.331	(21.417)	(58.165)	52.079	88.828
Exposição líquida 1		60.881	(3.816)	123.196	250.198	(130.811)	(257.811)
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo							
US\$ para R\$		(33.517)	3.576	(39.074)	(81.724)	46.227	88.877
Exposição líquida 2		27.364	(240)	84.122	168.474	(84.584)	(168.934)
Impacto no resultado - análise de sensibilidade - vencimento futuro			(63.850)	4.609	73.058	(132.291)	(200.740)

Exposição líquida 1 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

30.2 Fatores de risco financeiro

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	716.359	663.896	762.934	712.124
Derivativos Swap	(4.474)	9.930	(4.474)	9.930
Caixa e equivalentes	(500.734)	(390.817)	(544.162)	(460.714)
Dívida líquida (a)	211.151	283.009	214.298	261.340
Dívida				
Empréstimos - terceiros	716.359	663.896	762.934	712.124
Derivativos Swap	(4.474)	9.930	(4.474)	9.930
Derivativos NDF	8.727	4.654	8.727	4.654
Caixa e equivalentes	(500.734)	(390.817)	(544.162)	(460.714)
Dívida líquida (b)	219.878	287.663	223.025	265.994
Patrimônio Líquido	1.021.914	527.024	1.033.138	534.892
Índice endividamento líquido (a)	0,21	0,54	0,21	0,49
Índice endividamento líquido (b)	0,22	0,55	0,22	0,50

- (a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos).
- (b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de *swap* (proteção de contratos de empréstimos) e demais operações com instrumentos financeiros derivativos, representadas por contratos de opções e NDF (proteção do contas a pagar).

30.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos contábeis apresentados nas rubricas de contas a receber de clientes e partes relacionadas e contas a pagar aos fornecedores e partes relacionadas, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. Os passivos financeiros contabilizados a custo amortizado assemelham-se ao seu valor justo, não sendo materiais para divulgação.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando premissas com informações observáveis de mercado. Quando essas informações não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "*swaps*" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

As tabelas a seguir não incluem informações sobre o valor justo de ativos e passivos não mensurados ao valor justo devido ao fato de que seus valores contábeis são uma aproximação razoável de seus valores justos.

Ativos Financeiros

	Controladora			Consolidado			Valor justo Nível
	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Ativos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Ativos mensurados ao custo amortizado	
31 de dezembro de 2020							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	-	-	-	22.000	-	-	3
Instrumentos financeiros derivativos	-	4.474	-	-	-	-	2
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	629.019	-	-	788.223	-
Adiantamentos para aquisição de estoques	-	-	81.108	-	-	102.360	-
Partes relacionadas	-	-	66.633	-	-	20.410	-
Caixa e equivalentes de caixa	500.734	-	-	544.162	-	-	1
	500.734	4.474	776.760	566.162	-	910.993	
31 de dezembro de 2019							
Ativos, conforme o balanço patrimonial							
Investimentos	-	-	-	21.519	-	-	3
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	316.415	-	-	371.058	-
Partes relacionadas	-	-	30.190	-	-	20.378	-
Caixa e equivalentes de caixa	390.817	-	-	460.714	-	-	1
	390.817	-	346.605	482.233	-	391.436	

Passivos Financeiros

	Controladora			Consolidado			Valor justo Nível
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivos mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Passivos mensurados ao custo amortizado	
31 de dezembro de 2020							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Instrumentos financeiros derivativos	8.727	-	-	-	-	-	2
Empréstimos	-	-	716.359	-	-	762.934	2
Arrendamento mercantil	-	-	37.373	-	-	41.131	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	531.219	-	-	650.664	-
Partes relacionadas	-	-	7.477	-	-	5.606	-
	8.727	-	1.292.428	-	-	1.460.333	
31 de dezembro de 2019							
Passivos, conforme o balanço patrimonial							
Instrumentos financeiros derivativos	4.654	9.930	-	4.654	9.930	-	2
Empréstimos	-	-	663.896	-	-	712.124	2
Arrendamento mercantil	-	-	39.063	-	-	43.133	2
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	329.214	-	-	435.408	-
Partes relacionadas	-	-	10.178	-	-	6.706	-
	4.654	9.930	1.042.351	4.654	9.930	1.197.371	

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado				
	Nocional (USD)		31/12/2020		31/12/2019
	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF) (a)	128.009	80.137	-	8.727	4.654
Swap de taxas de juros (b)	12.130	114.261	4.474	-	9.930
	140.139	194.398	4.474	8.727	14.584

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 31 de dezembro de 2020, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Período da Contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Fev/20 a Dez/20	janeiro-21	32.621	5,2974
Mar/20 a Dez/20	fevereiro-21	23.588	5,3327
Fev/20 a Dez/20	março-21	12.095	5,3254
Mai/20 a Dez/20	abril-21	22.209	5,3201
Set/20 a Dez/20	maio-21	10.747	5,3010
Mai/20 a Dez/20	junho-21	6.394	5,3048
Set/20 a Dez/20	julho-21	5.267	5,4483
Nov/20 a Dez/20	agosto-21	3.714	5,2494
Nov/20 a Dez/20	setembro-21	3.063	5,2944
Nov/20 a Dez/20	outubro-21	7.244	5,2591
Nov/20 a Dez/20	novembro-21	423	5,2931
Dez/20	dezembro-21	612	5,2501
Dez/20	janeiro-22	32	5,2990
		<u>128.009</u>	<u>5,2664</u>

Durante o exercício de 2020 a Companhia reconheceu R\$ 69.267 de ganho líquido no resultado do exercício referente aos contratos liquidados e em aberto (em 2019 ganho de R\$ 11.112).

(b) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa média contratada do CDI foi de 253,50% (em 31 de dezembro 2019, 149,96). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (hedge accounting)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (hedge accounting) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de "swaps", documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando

aplicável; e

- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da Curva	Valor Justo (1)	Consolidado	
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no exercício
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	63.035	(308)	4.474	(4.782)	720

- (1) O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BM&FBOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do *hedge* é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para *hedge accounting* a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totalizavam US\$ 6.704 e EUR\$ 4.421 de valor "notional" R\$ 63.035. Foi reconhecida em "outros resultados abrangentes" em 31 de dezembro de 2020 um ganho líquido de R\$ 720 (em 2019 perda líquida de R\$ 5.501), e no resultado financeiro um ganho líquido de R\$ 157.485 (em 2019 ganho líquido de 3.136). Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, tendo os seguintes montantes e condições no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	31/12/2020	
			Valor Nocial USD mil	USD Contratado
Nov/20	Mai/21	FINIMP	2.075	5.4037
Ago/20	Fev/21	FINIMP	4.629	5.5956
			<u>6.704</u>	<u>5.4037</u>

Período da Contratação	Data de vencimento	Cobertura	31/12/2020	
			Valor Nocial EUR mil	EUR Contratado
Jan/20	Jan/21	4131	4.421	4.6115
			<u>4.421</u>	<u>4.6115</u>

33. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 3 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Plano"), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores,

empregados e prestadores de serviço da Companhia ("Beneficiários"). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia ("Programas"), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possui sete planos em aberto, totalizando 1.293.852 opções. A quantidade de ações por plano, os anos para o início dos exercícios, e o preço da opção corrigido pelo IGPM até 31 de dezembro de 2020 estão descritos nos quadros abaixo:

Programa a 2017										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
2	144.463	3,10	2020	4,47	5,10	30/06/2017	1,7721	256	-	256
3	229.613	3,10	2021	4,47	5,10	30/06/2017	1,4895	342	(68)	342
	<u>374.076</u>							<u>598</u>	<u>(68)</u>	<u>598</u>
Programa a 2018 - I										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
2	85.138	3,45	2020	4,86	5,10	06/03/2018	0,6827	135	-	135
3	204.638	3,45	2021	4,86	5,10	06/03/2018	0,7763	183	(57)	183
	<u>289.776</u>							<u>318</u>	<u>(57)</u>	<u>318</u>
Programa a 2019 - II										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
1	24.000	2,29	2021	2,94	5,10	24/04/2019	0,9462	23	(13)	23
2	42.000	2,29	2022	2,94	5,10	24/04/2019	0,9540	40	(14)	24
3	54.000	2,29	2023	2,94	5,10	24/04/2019	0,9741	52	(15)	25
	<u>120.000</u>							<u>115</u>	<u>(42)</u>	<u>72</u>
Programa a 2019 - III										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
1	12.000	2,52	2021	3,18	5,10	02/08/2019	2,2950	27	(19)	27
2	21.000	2,52	2022	3,18	5,10	02/08/2019	2,6635	56	(23)	33
3	27.000	2,52	2023	3,18	5,10	02/08/2019	2,8840	78	(23)	32
	<u>60.000</u>							<u>161</u>	<u>(65)</u>	<u>92</u>
Programa a 2020 - I										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
1	12.000	9,60	2022	11,76	5,10	04/02/2020	1,9248	23	(11)	11
2	21.000	9,60	2023	11,76	5,10	04/02/2020	2,6173	55	(17)	17
3	27.000	9,60	2024	11,76	5,10	04/02/2020	3,1760	86	(20)	20
	<u>60.000</u>							<u>164</u>	<u>(48)</u>	<u>48</u>
Programa a 2020 - II										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
1	18.000	3,28	2022	3,94	5,10	30/04/2020	3,1216	56	(23)	23
2	31.500	3,28	2023	3,94	5,10	30/04/2020	3,5927	113	(28)	28
3	40.500	3,28	2024	3,94	5,10	30/04/2020	3,8974	158	(29)	29
	<u>90.000</u>							<u>327</u>	<u>(80)</u>	<u>80</u>
Programa a 2020 - III										
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 31/12/2020	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 31/12/2020	Valor da ação em 31/12/2020	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2020	Total da Reserva
1	60.000	5,44	2022	6,28	5,10	29/07/2020	0,9585	57	(17)	17
2	105.000	5,44	2023	6,28	5,10	29/07/2020	1,3584	143	(26)	26
3	135.000	5,44	2024	6,28	5,10	29/07/2020	1,6789	227	(28)	28
	<u>300.000</u>							<u>427</u>	<u>(71)</u>	<u>71</u>

- O preço de exercício é o valor justo da opção mensurado na data da outorga;
- O preço corrigido pelo IGPM é o valor que o beneficiário pagaria para exercer o direito de cada opção na data de encerramento do balanço;
- A despesa apropriada é o valor reconhecido no resultado do exercício referente aos planos de remuneração baseados em ações. Em 2020 a Companhia reconheceu o montante de R\$ 431 no resultado do exercício;
- O valor de mercado da opção em 31 de dezembro de 2020 é R\$ 5,10 (cotação da ação na bolsa de valores na referida data).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram exercidas 102.800 opções, sendo 28.775 referente ao lote 2 do plano de 2017 ("Programa 2017") e 74.025 referentes ao lote 2 do plano de 2018 ("Programa 2018-I"), pelo montante de R\$ 394, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 1.077 e R\$ 83, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 600.

Em 02 de janeiro de 2020 foram canceladas 23.400 opções do lote 1 do "Programa 2017" e 25.400 opções do lote 1 do "Programa 2018-I", cujo prazo de exercício era até 31 de dezembro de 2019. Consequentemente foram efetuadas baixas na reserva de opções no montante de R\$ 227, cujo saldo foi transferido para a reserva de lucros.

34. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

a) Arrendamento mercantil

A Companhia e suas controladas reconheceram no ativo imobilizado o montante R\$ 51.296 e R\$ 5.150 respectivamente, referentes a contratos de arrendamento mercantil de imóveis, em atendimento ao CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil que entrou em vigor a partir de 01 de janeiro de 2019.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 a Companhia e suas controladas apresentam no passivo saldo a pagar referente a essas operações no montante de R\$ 37.373 e R\$ 3.758 respectivamente.

b) PIS e COFINS – Exclusão do ICMS da base de cálculo

Conforme descrito na nota 8.(e) a Companhia obteve êxito no processo judicial em que discutia a constitucionalidade da inclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na base de cálculo do PIS e da COFINS. Com os efeitos dessa decisão a Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 o montante de R\$ 223.486 (R\$ 228.502 líquido de honorários e impostos sobre a receita financeira) referente aos débitos de PIS e COFINS apurados a maior, e esses valores não impactaram o caixa da Companhia no referido exercício.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 05 de fevereiro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização da segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única, no valor total de até R\$ 300.000. As debêntures terão prazo de vencimento de quatro anos, e serão amortizadas em dezesseis parcelas trimestrais e consecutivas a partir da data de sua emissão. Os juros remuneratórios serão pagos trimestralmente, com primeiro pagamento em maio de 2021.

Os recursos obtidos com a emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios.

As condições gerais da Emissão e da Garantia encontram-se indicadas na ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia desta data, a qual se encontra disponível na página da Companhia e da CVM na rede mundial de computadores.

O processo de emissão das debêntures foi concluído em 10 de março de 2021, no montante e condições aprovados pelo Conselho de Administração.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Positivo Tecnologia S.A (“Companhia”), em conformidade com as atribuições dispostas no Estatuto Social da Companhia, em seu Regimento Interno e nos incisos do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou: (i) o relatório dos auditores independentes emitido sem ressalvas pela KPMG Auditores Independentes S.A. em 16/03/2021; e (ii) o relato sobre o desempenho da Companhia realizado pelo Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e Diretor de Controladoria e Contabilidade. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados, o Conselho Fiscal, representado pelos membros abaixo assinados, **opina favoravelmente e encaminha para a deliberação dos acionistas da Companhia** em Assembleia Geral Ordinária, o (i) Relatório Anual da Administração e (ii) Demonstrações Financeiras, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, bem como das notas explicativas, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Curitiba, 16 de março de 2021.

Conselheiros Fiscais:

DocuSigned by:
Irineu Homan
2DA474CA731E4E0
Irineu Homan

DocuSigned by:
Lincon Lopes Ferraz
5D6FFAB1A5B0425
Lincon Lopes Ferraz

DocuSigned by:
Rafael de Souza Morsch
0582E4CAC833428
Rafael de Souza Morsch

POSITIVO

POSITIVO TECNOLOGIA S.A. RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Mensagem aos acionistas

O ano de 2020 foi um ano atípico para todo o mundo. No caso da Positivo Tecnologia, a crise trouxe oportunidades que foram alavancadas pela gestão. Pudemos vivenciar uma aceleração muito grande na transformação da empresa catalisada pela pandemia e aliada a uma nova visão de futuro mais ambiciosa para nossos negócios. Uma gestão mais moderna, com expansão dos negócios do “Core Business”, aliado a um crescimento expressivo das nossas Avenidas de Crescimento, o que nos posiciona como a grande empresa brasileira provedora de soluções de tecnologia baseadas em hardware.

Com nosso Comitê de Crise montado, comandamos as ações para atender a forte demanda do mercado em praticamente todos os segmentos, cuidando da saúde de nossos colaboradores, minimizando os impactos negativos das rupturas causadas pela pandemia e sem nos descuidarmos de nossos valores de empresa brasileira que impulsiona a vida das pessoas pelo uso da tecnologia. Ainda continuamos fortalecendo nossa Governança Corporativa com a ampliação de nosso Conselho de Administração de 7 para 9 assentos, somando 2 posições independentes com profissionais muito experientes advindo das indústrias de tecnologia e consumo. Agora, nosso Conselho conta com 4 membros independentes e 5 controladores.

A demanda por hardware, principalmente nos segmentos de **Consumer** – com forte crescimento no online – e **Corporativo**, mais do que compensaram a menor demanda inicial do segmento de **Instituições Públicas**. Com a demanda alta e nossa forte capacidade de execução, as vendas cresceram 14,5% em 2020 ou 59,4% no 4T20, marcando um novo patamar de vendas da companhia. A escala de nosso negócio nos permitiu alcançar um EBITDA de R\$ 162 milhões no ano e R\$ 95 milhões no 4T20. No segmento de Instituições Públicas, o mais impactado durante 2020, ao final do ano já vimos uma retomada de iniciativas que indica forte crescimento desse segmento em 2021. Nesse segmento, vencemos a licitação de um volume de 180 mil urnas eletrônicas que iniciará a renovação do parque de urnas do TSE. Estamos convictos de que nosso modelo de atuação em Consumer, Corporativo e Instituições Públicas se consolida a partir de então, abrindo grandes oportunidades de crescimento e ampliando o impulso que a tecnologia pode dar em todas estas esferas.

Nossas soluções de Meios de Pagamento, Tecnologia Educacional, Casa Inteligente (IoT), HaaS e Servidores começaram a ser ampliadas e juntas já representam 20% do total de nosso faturamento. Essas áreas representam nossas grandes iniciativas que irão acelerar o crescimento, com margens sustentáveis atendendo aos três segmentos de atuação comentados acima: Consumer, Corporativo e Instituições Públicas.

Além disso, como empresa brasileira de tecnologia, não podíamos e não ficamos parados enquanto milhões de pessoas sofriam – e sofrem – as consequências desta pandemia. Nossas equipes tiveram o privilégio de atuar em projetos para mitigar os efeitos da Covid-19 na sociedade brasileira, como a mobilização do time Positivo Tecnologia junto a um grupo de empresas para produzir 6.500 ventiladores pulmonares. Também oferecemos acesso gratuito a nossas plataformas de ensino a distância e doamos notebooks a famílias em situação de vulnerabilidade social. Em nossa querida cidade de Manaus, onde temos instalada a nossa maior planta de produção de notebooks, doamos 60 cilindros de oxigênio, ajudando a sociedade amazonense a enfrentar este momento tão difícil. Tudo isso, sem descuidar um minuto do nosso quadro de colaboradores, em que rapidamente reorganizamos todos os processos administrativos, operacionais e estratégicos para um modelo híbrido de presença física e virtual de toda nossa organização.

Com maior atuação no setor de tecnologia, passamos a dedicar mais esforços em garantir uma cultura de trabalho que seja capaz de atrair e reter os talentos necessários para a entrega de nossos objetivos. Para isso, estruturamos mais iniciativas relacionadas ao desenvolvimento organizacional e ficamos muito contentes com a premiação do Great Place to Work®, certificação com relevância global com base nas diretrizes da GPTW que considera empresas como um ótimo lugar para se trabalhar. Não queremos parar por aqui e estamos em um processo de revisão de todos os nossos incentivos de curto, médio e longo prazos. Queremos assim fortalecer uma cultura de resultados que possa convergir na criação de valor para os nossos acionistas, além de toda a sociedade.

Finalmente, aceleramos fortemente nosso processo de revisão estratégica com uma consultoria de Alta Gestão externa, em que buscamos consolidar nossas competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de tecnologias relacionadas ao hardware, assim como ampliar essas ofertas em novas “Avenidas de Crescimento” que possam não só ampliar o leque de hardware, serviços e software adjacentes ofertados, mas também somar soluções de serviços para os três segmentos nos quais consolidamos nossos produtos e serviços: o dos consumidores finais e pequenas empresas (“Consumer”), das médias e grandes empresas (“Corporativo”) e dos governos municipais, estaduais e federal (“Instituições Públicas”).

Esta divulgação de resultados marca um novo padrão de relacionamento com o Mercado de Capitais, com nossos acionistas, analistas, investidores e credores, pois além de inaugurar um novo formato na abertura de informações para facilitar a compreensão e o acompanhamento dos principais indicadores de criação de valor, também estamos conscientes e empenhados em mapear indicadores ESG para relatar a sustentabilidade dos resultados nos aspectos de governança, social e ambiental.

Alexandre Dias
Presidente do Conselho de Administração

Hélio Bruck Rotenberg
Diretor Presidente

DESTAQUES DE 2020

- Receita consolidada do 4T20 atinge R\$ 886,5 milhões, crescimento de 59% vs. ano anterior e estabelece novo patamar de atividade para os próximos trimestres.
- **EBITDA ajustado de R\$95 milhões no 4T20 (+142% vs. 4T19), com margem de 11%.**
- **Lucro Líquido anual de R\$ 196 milhões** é o maior dos últimos 10 anos.
- **Avenidas de crescimento** (Servidores, Pequeno Varejo, Tecnologia Educacional, IoT, Soluções de Pagamento e HaaS) **já representam aproximadamente 20% da Receita** consolidada em 2020, e atingem R\$ 473 milhões no ano.
- **Companhia brasileira de tecnologia reforça liquidez e estrutura de capital, por meio de emissão de ações no valor de R\$ 354 milhões no 1º trimestre de 2020 e captação de R\$ 300 milhões em debêntures simples no 1º trimestre de 2021 (evento subsequente).**

1 – DESEMPENHO FINANCEIRO

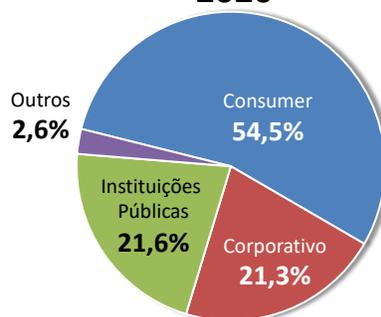
Os comentários apresentados a seguir se referem aos números consolidados da Positivo Tecnologia S.A. Todas as informações financeiras apresentadas neste Relatório da Administração contemplam as modificações contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, bem como dos efeitos provenientes da adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS).

A Receita Líquida Consolidada da Positivo Tecnologia no 4T20 foi de R\$886,5 milhões, um aumento de 59,4% em relação ao 4T19. O desempenho da Companhia é resultante, principalmente, do excelente volume de vendas de computadores, servidores, tablets e celulares no período, combinado com o aumento dos preços após o repasse da valorização do dólar aos produtos comercializados no varejo.

Receita Total por Canal	2019	2020	Var.	4T19	4T20	Var.
Receita Líquida	1.915.308	2.192.173	14,5%	556.244	886.518	59,4%
Consumer	939.061	1.194.252	27,2%	192.215	466.853	142,9%
Corporativo	434.416	467.462	7,6%	160.778	214.450	33,4%
Instituições Públicas	476.716	473.421	(0,7%)	183.240	184.914	0,9%
Outros	65.114	57.037	(12,4%)	20.011	20.301	1,5%

	2019	2020	Var.	4T19	4T20	Var.
% Da Receita Líquida	100%	100%	0,0 p.p.	100%	100%	0,6 p.p.
Consumer	49%	54%	5,4 p.p.	35%	53%	18,1 p.p.
Corporativo	23%	21%	(1,4 p.p.)	29%	24%	(4,7 p.p.)
Instituições Públicas	25%	22%	(3,3 p.p.)	33%	21%	(12,1 p.p.)
Outros	3%	3%	(0,8 p.p.)	3%	2%	(0,7 p.p.)

Receita por
Unidade de Negócios
2020



Considerando o ajuste líquido do Hedge dos insumos, o Lucro Bruto totalizou R\$ 226,1 milhões no 4T20, um aumento de 84,5% no período, acompanhado de Margem Bruta Ajustada de 25,5%.

	2019	2020	Var.	4T19	4T20	Var.
(+) Receita Bruta Consolidada	2.227.687	2.585.440	16,1%	674.791	1.050.430	55,7%
(-) Descontos e Deduções	(312.379)	(393.267)	25,9%	(118.547)	(163.912)	38,3%
(=) Receita Líquida Consolidada (D)	1.915.308	2.192.173	14,5%	556.244	886.518	59,4%
(-) Materia Prima e Mão-de-Obra	(1.412.938)	(1.718.600)	21,6%	(418.997)	(673.707)	60,8%
(-) Outros Insumos dos Produtos	(12.527)	(14.615)	16,7%	(3.175)	(3.506)	10,4%
(-) Custo dos Serviços Prestados	(934)	(1.845)	97,5%	(479)	(463)	(3,3%)
(-) Depreciação e Amortização	(8.801)	(8.367)	(4,9%)	(2.263)	(2.280)	0,8%
(=) Custo dos Produtos e Serviços (E)	(1.435.200)	(1.743.427)	21,5%	(424.914)	(679.956)	60,0%
(=) Lucro Bruto (D+E)	480.108	448.746	(6,5%)	131.330	206.562	57,3%
% da Receita Líquida Consolidada	25,1%	20,5%	(4,6 p.p.)	23,6%	23,3%	(0,3 p.p.)
(+) Hedge de Materias Primas ⁽¹⁾ (F)	(2.400)	14.429	(701,2%)	(8.800)	19.556	(322,2%)
(=) Lucro Bruto Ajustado (D+E+F)	477.708	463.175	(3,0%)	122.530	226.118	84,5%
% da Receita Líquida Consolidada	24,9%	21,1%	(3,8 p.p.)	22,0%	25,5%	3,5 p.p.

As Despesas Gerais e Administrativas do 4T20 totalizaram R\$34,6 milhões, representando 3,9% da receita líquida. É uma redução de 2,5p.p. resultado do forte controle de custo fixo que a Companhia realiza.

Despesas Operacionais	2019	2020	Var.	4T19	4T20	Var.
Lucro Bruto	480.108	448.746	(6,5%)	131.330	206.562	57,3%
(-) Comissões sobre Vendas	(33.588)	(42.105)	25,4%	(10.518)	(16.824)	60,0%
(-) Propaganda e Marketing	(53.480)	(56.738)	6,1%	(13.122)	(17.870)	36,2%
(-) Assistência Técnica e Garantia	(87.171)	(81.105)	(7,0%)	(22.169)	(30.597)	38,0%
(-) Fretes	(34.604)	(43.727)	26,4%	(9.620)	(15.734)	63,6%
(-) Pesquisa e Desenvolvimento	(27.707)	(36.045)	30,1%	(6.634)	(15.790)	138,0%
(-) Depreciação e Amortização	(6.032)	(9.863)	63,5%	(5.253)	(2.204)	(58,0%)
(-) Outras Despesas Comerciais	(30.424)	(41.070)	35,0%	(8.234)	(9.093)	10,4%
Despesas Comerciais	(273.006)	(310.653)	13,8%	(75.550)	(108.112)	43,1%
% da Receita Líquida Consolidada	49,1%	35,0%	(14,0 p.p.)	13,6%	12,2%	(1,4 p.p.)
(-) Salários, Encargos e Benefícios	(41.770)	(60.883)	45,8%	(12.673)	(18.974)	49,7%
(-) Pesquisa e Desenvolvimento	(30.733)	(21.525)	(30,0%)	(6.046)	(7.283)	20,5%
(-) Depreciação e Amortização	(29.395)	(26.860)	(8,6%)	(7.814)	(6.016)	(23,0%)
(-) Outras Despesas Gerais e Adm.	(10.197)	26.577	(360,6%)	(7.618)	(2.321)	(69,5%)
Despesas Gerais e Administrativas	(112.095)	(82.691)	(26,2%)	(34.151)	(34.594)	1,3%
% da Receita Líquida Consolidada	5,9%	3,8%	(2,1 p.p.)	6,1%	3,9%	(2,2 p.p.)
(+) Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.048)	1.124	(154,9%)	3.304	1.889	(42,8%)
(+) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	5.896	221.150	3650,8%	7.691	174.945	2174,7%
(=) EBIT (G+H+I)	98.855	277.676	180,9%	32.624	240.691	637,8%
% da Receita Líquida Consolidada	5,2%	12,7%	7,5 p.p.	5,9%	27,2%	21,3 p.p.

O EBITDA Ajustado do 4T20 foi de R\$95 milhões (+142,5%), com margem de 10,7% (+3,7 p.p.). Reflexo de maior faturamento do período, melhor mix de produtos e repasse do aumento de custos das matérias-primas em decorrência da valorização do dólar, no preço dos produtos e serviços vendidos e gestão de custo fixo.

EBITDA Ajustado	2019	2020	Var.	4T19	4T20	Var.
EBIT	98.855	277.676	180,9%	32.624	240.691	637,8%
% da Receita Líquida Consolidada	5,2%	12,7%	7,5 p.p.	5,9%	27,2%	21,3 p.p.
(-) Depreciação e Amortização	44.334	46.102	4,0%	15.359	10.501	(31,6%)
(=) EBITDA	143.189	323.777	126,1%	47.983	251.192	423,5%
% da Receita Líquida Consolidada	7,5%	14,8%	7,3 p.p.	8,6%	28,3%	19,7 p.p.
(-) Outras Receitas e Despesas	-	(175.733)	100,0%	-	(175.733)	100,0%
(+) Hedge de Materias Primas	(2.400)	14.429	(701,2%)	(8.800)	19.556	(322,2%)
(=) EBITDA Ajustado	140.789	162.474	15,4%	39.183	95.014	142,5%
% da Receita Líquida Consolidada	7,4%	7,4%	0,1 p.p.	7,0%	10,7%	3,7 p.p.

O Lucro Líquido contabilmente apurado de R\$ 195,8 milhões, quanto ajustado para neutralizar tais impactos tributários e não recorrentes, soma R\$ 57 milhões para o exercício. Ainda assim, esse resultado se mostra 174% superior ao resultado apurado no exercício anterior.

	2020	2019	Varição
Lucro Líquido Contábil	195.842	20.848	839 %
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS	(218.501)	-	-
REFIC ISS Curitiba	18.227	-	-
Impairment de tributos diferidos	61.540	-	-
Lucro Líquido Ajustado	57.108	20.848	174 %

A Positivo Tecnologia encerrou o 4T20 com uma posição de caixa de R\$ 544,1 milhões. Durante o período a Companhia realizou procedimentos de liability management, ao tomar linhas que resultaram em redução do custo de captação e alongamento do perfil da dívida. Considerando a posição de caixa, o endividamento líquido da Positivo apresentou redução de 16,2%, registrando dívida líquida de R\$ 223 milhões e múltiplo Dívida Líquida / EBITDA Ajustado de 1,4x.

3 – DIVIDENDOS

O Estatuto Social da Positivo Tecnologia determina que, pelo menos, 25% do lucro líquido contábil atribuído aos controladores da companhia deve ser distribuído como dividendo anual obrigatório.

4 – INVESTIMENTOS

Em 2020 a companhia realizou investimentos de R\$ 43 milhões, compreendendo principalmente investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento, por meio de integralização de capital em investidas com o Fundo de Investimentos em Participações da Companhia, além de desembolsos gerais de manutenção de infraestrutura, adequação e transferência de linhas de montagem.

5 - COLABORADORES

Em 31 de dezembro de 2020, a Positivo Tecnologia contava com mais de 1800 colaboradores, alocados principalmente na sede administrativa localizada em Curitiba (PR), e em Manaus (AM) e Ilhéus (BA) onde encontram-se unidades fabris.

6 - RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a companhia informa que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, somente os serviços de auditoria das demonstrações financeiras foram prestados pela KPMG,

Na contratação de serviços não relacionados à auditoria independente, a companhia adota procedimentos que se fundamentam na legislação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, e (ii) o auditor não deve atuar gerencialmente perante seu cliente nem promover os interesses de seu cliente.

7 – CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

8 – DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.